



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

TATIANE EVARISTO DA SILVA

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO VALE DO CAPÃO- CHAPADA
DIAMANTINA/BA: ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

JOÃO PESSOA
2018

TATIANE EVARISTO DA SILVA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO VALE DO CAPÃO- CHAPADA
DIAMANTINA/BA: ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPB – como requisito para obtenção do grau de mestre na linha de pesquisa: Análise ambiental e qualidade de vida

Orientadora: Dr^a Maristela Oliveira de Andrade

Co orientadora: Dr^a Maria Cristina Crispim

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Tatiane Evaristo da.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO VALE DO CAPÃO- CHAPADA
DIAMANTINA/BA: ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO / Tatiane
Evaristo da Silva. - João Pessoa, 2018.
111 f.

Orientação: Maristela Oliveira de Andrade Andrade.

Coorientação: Maria Cristina Basílio Crispim da Silva
Crispim.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Conflitos socioambientais. 2. Ecoturismo. 3. Parques
Nacionais. 4. Meios de hospedagem. 5. Chapada
Diamantina. 6. Vale do Capão. I. Andrade, Maristela
Oliveira de Andrade. II. Crispim, Maria Cristina
Basílio Crispim da Silva. III. Título.

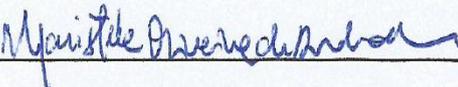
UFPB/BC

TATIANE EVARISTO DA SILVA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO VALE DO CAPÃO- CHAPADA
DIAMANTINA/BA: ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente em 28 de Março de 2018, às 09h perante a seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

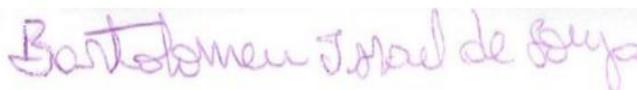


Dr^a. Maristela Oliveira de Andrade - UFPB

Orientadora

Dr^a. Ana Valéria Endres- UFPB

Examinadora Externa



Dr. Bartolomeu Israel de Souza- UFPB

Examinador interno (PRODEMA UFPB)

Dedico aos atores sociais que tem se comprometido com o desenvolvimento sustentável no Vale do Capão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu tenha passado por essa experiência na vida acadêmica.

A minha família pelo apoio nas minhas decisões e pelo conforto nos dias turbulentos. À CAPES pela bolsa de mestrado.

Ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, pela oportunidade em desenvolver esta pesquisa.

As minhas admiráveis professoras orientadoras Maristela Andrade e Cristina Crispim, por toda dedicação, ética e humildade no exercício de suas funções.

A todos os professores da rede Prodema que compartilham e contribuem para o desenvolvimento da ciência em nosso país.

Ao professor Braúlio pelo estágio em docência e a oportunidade de aprender um pouco mais sobre o ecoturismo aplicado no Estado da Paraíba.

A toda minha turma de Mestrado, as melhores companhias, na alegria e na agonia, dentro e fora do âmbito acadêmico, Raquel, Lázaro, Ingrid, e aos queridos Louise, Danilo, Rosie, Marcão, Letyssia e Randolpho pela força!

A Darlan Lima, amigo entusiasta, orientando-me desde o término da minha graduação.

As importantes contribuições de Hugo Yuri, no campo e nos resultados da pesquisa.

Aos demais amigos pela companhia em dias de estudo e reflexão, Raphaele, Rayana, Lídia, Aryene, Bianca, Dani, Vitor.

A todos os atores sociais que participaram desta pesquisa no lindo e acolhedor Vale do Capão na Chapada Diamantina, especialmente, a amiga Junia e a família Rosa pelo abrigo, afeto e experiências divinas no Vale do Capão, e ainda às vizinhas Eliete e sua irmã por disponibilizar o acesso à internet via Wifi e Preta e família por toda gentileza e cuidado.

A Joel, Dimitri e Maria Eugênia pela manutenção dos equipamentos e confecção dos materiais utilizados na pesquisa. E a Luziana Souza pela revisão na língua estrangeira.

À Paloma Regala pela companhia, pelas trilhas e apoio na execução da atividade de extensão desta pesquisa.

À pesquisadora Jane do Departamento de Sistemática e Ecologia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza-CCEN/UFPB, pelo suporte nas questões burocráticas para a validação e realização do minicurso de ecoturismo oferecido aos guias de turismo da Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão ACV-VC.

Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve sem o agrebiz feroz desenvolvimentista, mas até hoje, na verdade, nunca houve um desenvolvimento tão destrutivista. É o que diz aquele que vocês não ouvem, o cientista, essa voz, a da ciência, tampouco a voz da consciência os comove. Vocês só ouvem algo por conveniência.

(Trecho da música Reis do Agronegócio-canção de Chico César e letra de Carlos Rennó)

RESUMO

O turismo em Parques Nacionais é uma prática em expansão no Brasil pela riqueza natural e cultural que essas áreas oferecem, definindo-se na categoria de ecoturismo, permite evidenciar o serviço ambiental e a importância econômica das Unidades de Conservação para a sociedade. A área de estudo é o Vale do Capão, localizado no entorno do Parque Nacional Chapada Diamantina, e distrito do município de Palmeiras-BA, que teve um crescimento urbano significativo nos últimos vinte anos, devido à atividade turística que atraiu empreendedores de fora, seja da capital Salvador, seja de outros estados, além de estrangeiros. Objetiva-se, neste estudo, analisar os conflitos socioambientais entre os moradores nativos e os novos moradores donos de meios de hospedagem e a conservação ambiental através do ecoturismo no Vale do Capão. Pretende-se caracterizar e problematizar as transformações e os conflitos no Vale do Capão com a ocupação humana em torno do Parque Nacional com o aumento da demanda de visitação turística. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter participante, com a permanência da pesquisadora na área de estudo pelo período de 90 dias. No que se refere a metodologia, foram adotados o método da observação participante e as entrevistas estruturadas com perguntas direcionadas a cada perfil de entrevistado selecionado para esta pesquisa, sendo: moradores nativos, novos moradores donos de meios de hospedagem, além de gestores do poder público. Ao final da pesquisa obteve-se o total de 26 entrevistados. A pesquisa participante foi motivada por ter sido detectado em pesquisa anterior que os guias de turismo locais apresentavam aos visitantes poucas informações sobre o ambiente visitado, ao longo das trilhas, partindo dessa problemática, foi realizado um curso de capacitação de ecoturismo para os guias da Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão, que contou com a participação de 9 inscritos através do FLUEX/UFPB. Os resultados da pesquisa permitiram um mapeamento dos meios de hospedagem do Vale do Capão e do seu crescimento no período de 2000 a 2017. Conclui-se, a partir dos resultados obtidos, que o turismo no Vale do Capão corre o risco de se caracterizar como (in)sustentável devido aos problemas com a distribuição de água, a coleta de lixo, entre outros fatores, que podem ser uma falta de controle por parte da gestão municipal e federal. Em contrapartida, é possível identificar ações de conservação ambiental praticadas pelos nativos e os residentes vindos de fora na busca de diminuir a degradação ambiental, visando não só atender aos visitantes, como também, garantir a qualidade de vida do lugar e sobretudo a conservação ambiental e a beleza cênica da paisagem.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Ecoturismo. Parques nacionais. Meios de hospedagem. Chapada Diamantina. Vale do Capão.

ABSTRACT

Tourism in National Parks is a practice in expansion in Brazil due to the natural and cultural wealth that these areas offer, being defined in the category of ecotourism that allows to highlight the environmental service and the economic importance of the Conservation Units to the society. The study area is the Vale do Capão, located around the Chapada Diamantina National Park, and district of the municipality of Palmeiras-BA, which has had significant urban growth in the last twenty years, due to the tourist activity that attracted outside entrepreneurs, whether of the capital Salvador, or of other states, as well as foreigners. The objective is to analyze the socioenvironmental conflicts between the native inhabitants and the new residents who own the means of lodging and the environmental conservation through ecotourism in the Vale do Capão. It is intended to characterize and problematize the transformations and conflicts in the Vale do Capão with the human occupation around the National Park with the increase of the demand for tourist visitation. In this sense, a field research was carried out with the researcher staying in the study area for a period of 90 days that involved a participant research, in addition to the participant observation and structured interviews with questions directed to each interviewee profile selected for this research, being they, native inhabitants, new residents owners of means of lodging, besides managers of the public power of the total of 26 interviewed. The participant research was motivated by having been detected in a previous research that the local tour guides presented to the visitors very little information about the environment visited along the tracks, and an ecotourism training course was conducted for the guides of the Association of Drivers of Visitors of the Vale do Capão and was attended by 9 participants in the through FLUEX / UFPB joining scientific research and extension. The results of the research allowed a mapping of the means of lodging of the Vale do Capão and its growth in the period from 2000 to 2017 as well as the results of the training and conclusions, it can be affirmed that tourism in the Capão Valley runs the risk of characterize as (in) sustainable due to problems with water distribution, garbage collection, among other factors, which may be a lack of control by municipal and federal management. It was also possible to identify environmental conservation actions practiced by natives and residents from outside in the quest to reduce environmental degradation. Not only serve the visitors how to guarantee the quality of life of the place and above all the environmental conservation and the scenic beauty of the landscape.

Keywords: social and environmental conflicts; ecotourism; national parks; accommodation; Chapada Diamantina; Vale do Capão.

LISTA DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACV-VC- Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão

EA- Educação Ambiental

FLUEX- Fluxo Contínuo de Extensão

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

MH- Meio de Hospedagem

MTUR- Ministério do Turismo

OMT- Organização Mundial do Turismo

PNDC- Parque Nacional Chapada Diamantina

SBCLASS- Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem

SIGAA- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBC- Turismo de Base Comunitária

UC- Unidade de Conservação

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UH- Unidade Habitacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Turístico Parque Nacional Chapada Diamantina.....	33
Figura 2: Interação dos atores sociais do Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	45
Figura 3: Construções no Vale do Capão vistas de um Mirante na Trilha da Fumaça, 2012.....	47
Figura 4: Construções no Vale do Capão vistas de um Mirante na Trilha da Fumaça,2014.....	48
Figura 5: Construções no Vale do Capão vistas de um Mirante na Trilha da Fumaça,2017.....	48
Figura 6: Classes de paisagens para os anos de 2000 e 2017 no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	50
Figura 7: Informativo sobre combate ao incêndio na Vila centro do Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	54
Figura 8: Minhocário do Horto.....	55
Figura 9: Cultivo de mudas para manutenção da flora nativa e também disponível para vendas, no Vale do Capão, Chapada Diamantina-BA.....	55
Figura 10: Ação de Conservação Ambiental no Vale do Capão.....	56
Figura 11: Jirau (ponto de lixo) na Rua dos Brancos-Vale do Capão Chapada Dimantina-BA.....	57
Figura 12: Meios de Hospedagem no Vale do Capão, Chapada Diamantina-BA.....	59
Figura 13: Pousada e camping no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	61
Figura 14: Espaço de vivências e cerimônias em um meio de hospedagem no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA.....	61
Figura 15: Área externa de Pousada com figuras místicas em área externa no Vale do Capão Chapada Diamantina.....	62

Figura 16: Fossa séptica em uma Pousada no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	64
Figura 17: Energia renovável em Pousada no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	64
Figura 18: Sauna Mexicana em uma Pousada no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Princípios do Turismo Sustentável.....	23
Quadro 2: Os tipos de meios de hospedagem com as respectivas características distintas.....	29
Quadro 3: Quadro 3: Percentual de respostas dos moradores nativos sobre a seguinte questão: O que representou a chegada do Turismo no Vale do Capão para a sua qualidade de vida?	53

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Percentual da renda dos moradores nativos entrevistados, residentes no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA.....42
- Gráfico 2:** Percentual do grau de escolaridade dos atores sociais entrevistados, residentes no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA.....44
- Gráfico 3:** Percentual da faixa etária dos atores sociais entrevistados, residentes no Vale do Capão, Chapada Diamantina-BA.....44
- Gráfico 4:** Percentual do sexo dos atores sociais entrevistados, residentes no Vale do Capão, Chapada Diamantina.....45
- Gráfico 5:** Percentual de tecnologias Sustentáveis detectadas nas entrevistas aos donos de hospedagem, no Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.....65
- Gráfico 7:** Percentual de práticas sustentáveis detectadas nas entrevistas aos donos de hospedagem, no Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.....65
- Gráfico 8:** Percentual das ações e participações dos novos moradores donos de meios de hospedagem, detectadas nas entrevistas, no Vale do Capão Chapada Diamantina.....65

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1: Mapa de Localização do Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.....	71
Figura 2: Aula teórica do curso de capacitação ecoturismo para guias na sede da ACV-VC, no Vale do Capão, BA.....	74
Figura 3: Aula prática do curso de capacitação para guias de turismo na Trilha da Fumaça, Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.....	76
Gráfico1: Você aplica ecoturismo?.....	74
Quadro 1: Questionário aplicado antes e depois do curso de guia.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AMBIENTALISMO E SUSTENTABILIDADE.....	22
2.1 Turismo Sustentável	23
2.2 Ecoturismo em Parques Nacionais e a difusão da Educação Ambiental.....	25
2.3 Meios de Hospedagem e Sustentabilidade Ambiental	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 Delimitação e caracterização da área de estudo	31
3.2 Métodos e Técnicas	34
3.2.1 Diagnóstico Turístico	35
3.2.2 Entrevistas	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 Perfil socioeconômico dos atores sociais da pesquisa.....	42
4.2- Interação dos atores sociais e suas reivindicações	46
4.3 Expansão e ocupação humana	48
4.4 Ações de Conservação de área natural fauna e flora no Vale do Capão	54
4.5 Sustentabilidade Ambiental em Meios de Hospedagem	58
4.5.1- As tecnologias e práticas sustentáveis.....	62
4.6 Pesquisa e Extensão.....	67
4.7 Relato Etnográfico: vivência no Vale do Capão	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	90
APÊNDICE	97

APRESENTAÇÃO

A oportunidade de conhecer o Vale do Capão surgiu na disciplina de Ecoturismo do curso de Turismo, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ministrada pela professora Cristina Crispim em 2012. Nesse período as aulas contaram com o apoio da turismóloga Paloma Regala em estágio docência pelo PRODEMA UFPB que organizou a visita técnica para o Vale do Capão como parte da sua pesquisa de mestrado que realizava nesta área.

O lugar despertou o anseio de ir mais além que o simples relatório de visita, por incitar o desejo do retorno para fazer algo que pudesse ficar marcado permanentemente e que não fosse apenas memórias ou fotografias, levou-me a querer pesquisar a importância e os perigos do turismo neste parque, em razão do crescimento dos visitantes em busca da beleza do destino.

O retorno ao Vale do Capão aconteceu em 2014 com a finalidade de desenvolver a pesquisa de campo, que por sua vez, resultou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Turismo o Novo Diamante da Chapada: Ecoturismo no Vale do Capão-BA, Motivação dos Turista e Mudanças nos Meios de Hospedagem” sob orientação da professora do curso de Turismo Ilana Kiyotani (UFPB).

Observando o aumento das construções e da oferta de Meios de Hospedagem (MH), os conflitos entre novos moradores e moradores nativos no Vale do Capão, assim como, características que denotavam um turismo (in)sustentável, fiquei preocupada e resolvi continuar a pesquisa.

Esses foram os motivos que impulsionaram a continuidade dos estudos em uma pesquisa a nível de mestrado, e juntamente com as professoras e orientadoras Maristela Andrade (UFPB) e Cristina Crispim (UFPB), no período de 2016 a 2018, foi possível de ser realizada.

A temática resultou nesta dissertação, dividida em 3 capítulos: o primeiro discute o conceito desenvolvimento sustentável local (SACHS, 1995; ZAPATA 2000), os eventos mundiais sobre as questões ambientalistas, as políticas ambientais no Brasil (LIMA, 2011); apresenta também tópicos sobre o turismo sustentável e políticas do turismo no Brasil, o surgimento do SNUC e a legalização das Unidades de Conservação na categoria Parques Nacionais e a institucionalização da educação ambiental no Brasil; a sustentabilidade ambiental em meios de hospedagem, certificações ambientais para esses empreendimentos, sua aplicabilidade e as questões socioambientais abordadas.

No segundo capítulo encontram-se os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho e a caracterização da área de estudo.

No terceiro capítulo, resultados e discussão.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade cultural e natural, no Brasil, é um importante viés para o turismo em que ocorre a interação dos humanos com a natureza resultando, muitas vezes, em situações de desequilíbrio para os dois elos, humano e ambiente.

O turismo, que é um dos maiores segmentos econômicos do mundo, cada vez mais, vem chamando atenção sobre o seu potencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável local e, também, com os impactos positivos e negativos que pode provocar nos campos ambiental, sociocultural e econômico (ABNT, 2016).

O turismo pode ser compreendido como um composto de recursos capazes de atender as pretensões mais diversas de acordo com cada perfil de turista, e seus anseios, que incitam o indivíduo a deslocar-se do seu local habitual, caracterizam-se em sua essência como uma atividade do uso do tempo livre (BOSSOLI, 1992).

De acordo com Espínola e Andrade (2014), a atividade turística na complexidade do fenômeno da globalização, fruto da internacionalização financeira e da produção, seguiu as mesmas tendências econômicas provenientes do sistema capitalista, onde o lucro é, geralmente, o principal objetivo, independentemente dos impactos ocasionados nas esferas ambiental, social ou cultural.

Partindo de tal afirmativa, as autoras consideram que, cabe ao poder público e as comunidades locais encontrar modelos alternativos de turismo com soluções viáveis e mais sustentáveis para se inserirem na economia quebrando paradigmas como a descentralização dos processos de decisão do turismo (ESPÍNOLA; ANDRADE, 2014).

O Brasil apresenta um amplo conjunto de áreas naturais protegidas em Unidades de Conservação com crescimento expressivo de visitação tornando-se inegável a vocação desses espaços para o Turismo. A responsabilidade da gestão das Unidades de Conservação Federais, no Brasil, é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a visitação nos Parques Nacionais existentes no Brasil tem potencial para atrair cerca de 13,7 milhões de pessoas por ano, entre brasileiros e estrangeiros. Segundo o Ministério do Turismo é previsto o aumento de 11,5% de turistas nessas áreas em um futuro próximo, com base no estudo da *Euroomonitor Internacional* (Instituto de Inteligência Comercial). O documento ainda estima que o Brasil alcance o número recorde de 8,6 milhões de turistas (EMBRATUR, 2017), e isto

implica dizer que, números expressivos de visitação exigem uma boa gestão e interação dos órgãos competentes.

Em 2008 foi lançado o Programa de Turismo nos Parques, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente que, juntamente com o Ministério do Turismo, dispõe-se a estruturar e promover o turismo nos Parques inseridos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. O objetivo do programa é desenvolver um Turismo Responsável para o desenvolvimento local e regional integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade valorizando o patrimônio natural e cultural (ICMBio, 2008).

Nesse cenário, situa-se a área deste estudo, o Vale do Capão, distrito oficialmente intitulado Caeté-Açu do município de Palmeiras, um lugar que atualmente tem o turismo como principal prática econômica e envolve os perigos dessa atividade quando não planejada. O Vale do Capão está localizado no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, sendo algumas áreas do distrito parte do Parque.

De acordo com Brito (2005), o Vale do Capão é o exemplo de “novo rural” na Chapada Diamantina em que após a metade da década de 1980 as atividades econômicas estavam ligadas ao garimpo manual e mecanizado, agricultura de subsistência, cultivo de algumas frutas destacando-se a banana e o comércio de café.

O advento do turismo gerou transformações no Vale do Capão através dos meios de hospedagens (pousadas, campings, casas de veraneio), comunidades alternativas com práticas de vivências (esoterismo), artesanato e cultivo de ervas medicinais (medicina natural), apicultura e produção de frutas passas, tais atividades com características de meio urbano embora sendo em meio rural (BRITO, 2005).

Ainda na década de 1980, com o avanço das políticas ambientais no Brasil, foi criado, na Chapada Diamantina, o Parque Nacional Chapada Diamantina em 17 de setembro de 1985, com base no documento *Chapada Diamantina: Uma reserva Natural*, de autoria do botânico norte-americano Roy Funch, publicado em 1982 (PLANO DE MANEJO PNCD, 2007).

Uma área regularmente institucionalizada como Unidade de Conservação de Proteção Integral tem a função da conservação da natureza, pesquisa científica e favorece condições para promover educação ambiental, recreação em contato com a natureza através da visitação pública e práticas que compõem o ecoturismo (BRASIL, 2000). Geralmente as localizações dos Parques Nacionais são distantes dos grandes centros urbanos e as populações do seu entorno constroem uma estrutura turística para atender a demanda de visitantes.

No que diz respeito aos meios de hospedagem (MH), permite-se verificar a condição de sustentabilidade, pois o seu sistema operacional exige o consumo dos recursos naturais que podem atender ao critério da conservação através das práticas e tecnologias sustentáveis adotadas (AMAZONAS, 2014).

Essas estruturas turísticas geralmente exercem uma pressão na natureza em função da atividade socioeconômica desenvolvida no local, principalmente quando não existem ações que permitam a conservação e preservação dos recursos naturais. No século XXI o conflito socioambiental apresenta-se em evidência em função das maneiras de inter-relacionamento ecológico que unem o meio social e natural, em que os embates que os atores sociais disputam seus interesses e entram em conflito sobre o uso conservação e ou preservação dos recursos naturais. (BRITO et al, 2011; LITTLE, 2004).

O desenvolvimento sustentável de uma dada localidade viabiliza a participação efetiva da sociedade nas atividades de planejamento e gestão uma vez que requer crescimento econômico e a devida proteção dos recursos naturais (BARRETO, 2005). Sem a inclusão das populações receptoras não haverá o equilíbrio econômico, social e ambiental que se pretende no desenvolvimento sustentável.

O turismo sustentável pode representar para esses espaços uma forma de geração de renda e de contribuição com a conservação ambiental e cultural e o segmento mais utilizado em ambientes como Parques Nacionais é o ecoturismo.

O conceito de Ecoturismo surgiu no Brasil na década de 1980, em decorrência da tendência mundial de proteção e valorização do meio ambiente e fortaleceu-se após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente- ECO 92 realizada no Rio de Janeiro em 1992. Sendo assim, a definição de ecoturismo segundo o Ministério do Turismo é:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2010. p.17).

Optou-se pelo conceito de Ecoturismo porque é o segmento turístico mais apropriado a ser utilizado em Parques Nacionais quando corretamente planejado. Pois esse segmento que evidenciará o serviço ambiental e a importância econômica das UC para a sociedade. Entretanto, outras formas de turismo foram identificadas no Vale do Capão, campo de pesquisa, por esse motivo outros segmentos do turismo também serão contemplados na discussão, dada a sua importância para a economia local e contribuição para a conservação ambiental e cultural.

Caracteriza-se este estudo como interdisciplinar, tendo em vista que a pesquisa abarca as temáticas de Turismo, Ciências Sociais, Ecologia, Economia e Educação. Além disso pretende-se unir a pesquisa científica e a extensão, considerando que houve um retorno à comunidade para a realização do curso de capacitação de ecoturismo para guias de turismo associados na Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão- ACV-VC.

A partir do que foi discutido apresenta-se o ponto de partida desta pesquisa a partir das seguintes hipóteses e objetivos:

HIPÓTESES

H1- Os empreendimentos turísticos e gestão pública são responsáveis por conflitos socioambientais com os moradores do Vale do Capão;

H2-. A realização das atividades rotuladas como ecoturismo são praticadas de forma descaracterizada no Vale do Capão.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo geral: Analisar os conflitos socioambientais entre os moradores nativos e os novos moradores donos de meios de hospedagem e a conservação ambiental através do ecoturismo no Vale do Capão.

Objetivos específicos:

- Realizar um diagnóstico turístico e um mapeamento dos meios de hospedagem identificando a sua importância para a economia local;
- Investigar a relação dos moradores nativos e os novos moradores com o meio ambiente e a atividade turística;
- Discutir o ecoturismo e sua aplicação para o desenvolvimento no Vale do Capão.

Considerando o que foi apresentado, inicia-se uma discussão teórica sobre o ambientalismo e sustentabilidade, no próximo capítulo.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AMBIENTALISMO E SUSTENTABILIDADE

A vertente ecológica ganhou destaque na contemporaneidade, visto que cresce diariamente o discurso e a informação sobre a consciência ambiental com o advento do movimento ambientalista nacional e internacional que impulsionaram conferências e diretrizes legais que norteiam o desenvolvimento sustentável na perspectiva ambiental, econômica e social.

O Conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu em 1987 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). O evento ficou mundialmente conhecido após a divulgação do famoso Relatório de *Brundtland*, traduzido como “Nosso Futuro Comum”, (BRAGA & SELVA, 2016; JACOBI, 1999).

O Relatório formaliza o conceito de desenvolvimento sustentável a partir da complexidade das origens dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global, em que Sachs (1995) descreve em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Essas dimensões em tese interagem obedecendo a características locais e regionais.

A noção de desenvolvimento sustentável foi inovadora no cenário das políticas ambientais no Brasil, uma vez que avançou no processo de institucionalização de políticas ambientais:

Assistiu-se assim, à constituição gradual de um sistema governamental de agências ambientais que se institucionalizou gradualmente através da criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA em 1973, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 1989, do Ministério do Meio Ambiente em 1993, da Agência Nacional de Águas – ANA em 2001 e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio em 2007, entre tantas outras iniciativas estruturadoras do setor público ambiental. Ao lado dessa estrutura institucional construiu-se igualmente um aparato jurídico amplo que compreende, entre outros, a Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, que deu origem ao Conselho Nacional de Meio Ambiente –CONAMA e ao Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA; a Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997, a Lei de Crimes Ambientais de 1998, a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA de 1999, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC de 2000, o Estatuto das Cidades de 2001 e a recente Lei de Resíduos Sólidos sancionada em 2010 (LIMA, 2011. p 5-6).

Lima (2011) constatou que o processo contínuo de institucionalização das políticas ambientais avançou, no Brasil, nos aspectos legais e na difusão de informação para a sociedade, no que diz respeito a problemática ambiental decorrente da crise mundial, e também na construção da noção de desenvolvimento sustentável, mas ainda não foi capaz de sanar a

crescente degradação ambiental e os conflitos políticos e econômicos decorrentes da expansão capitalista.

A noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável levantou debates que vão além da visão econômica e incentivou diálogos entre governos e diversos segmentos da sociedade. Apesar disso, não se pode afirmar que há sustentabilidade democrática que garanta qualidade de vida digna à maioria da população e direito de participar das decisões políticas (LIMA, 2011).

O conceito de sustentabilidade legal em vigor no Brasil encontra-se no Estatuto da Cidade (Lei no.10.257 de julho de 2001) no Capítulo I, Artigo 2º.: “a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).

A tendência à descentralização das ações governamentais prevista na Constituição Federal de 1988, nos aspectos normativos, administrativos, institucionais, da estrutura de gestão e grau de participação social podem acabar influenciando direta ou indiretamente nas ações e decisões locais (PEREIRA e colaboradores, 2010).

O conceito de desenvolvimento sustentável também foi alvo de questionamentos por teóricos e críticos que aquecem os debates contra as contradições dessa forma de desenvolvimento contemporâneo e hegemônico. Andrade e colaboradores (2017), em análise sobre os esforços teóricos para a superação da noção de desenvolvimento, apontam autores como, Escobar (2005), que postulam a fase de pós-desenvolvimento com base nas críticas a padronização do desenvolvimento e associada ao pós-colonialismo. Com isso, a noção de sustentabilidade torna-se mais consistente e viável para operacionalizar e praticar do que a do desenvolvimento que depende das agências governamentais.

2.1 Turismo Sustentável

As políticas públicas para o turismo, no Brasil, começam a avançar entre as décadas de 1970 e 1980 acompanhando as mudanças decorrentes da ascensão dos movimentos sociais, e em especial, do movimento ambientalista que ganha força, neste período, em todo o país.

Até então, o que se tinha era uma estrutura Federal de administração, a EMBRATUR, atual autarquia especial do Ministério do Turismo, CNTUR-Conselho Nacional do Turismo também definido no decreto-lei n 55, art. 1º a Política Nacional de Turismo, que se estabelecia de maneira ainda tímida e genérica com objetivos e atribuições para o setor no país (BENI, 2006).

A Organização da Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 2017 como o ano internacional do turismo sustentável. A Organização Mundial do Turismo (OMT) estabeleceu como objetivo ampliar a compreensão e conscientização do potencial do turismo “com vistas ao cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento”, disse o Secretário-Geral da ONU, Taleb Rifai, (UNWOT, *online*). De acordo com o descrito, o quadro abaixo apresenta os princípios do Turismo sustentável, conforme orientação da Organização Mundial do Turismo:

Quadro 1: Princípios do Turismo Sustentável

1-RESPEITAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE
O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país e as convenções internacionais, de que o país é signatário.
2- GARANTIR OS DIREITOS DAS POPULAÇÕES LOCAIS
O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, no médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.
3-CONSERVAR O AMBIENTE NATURAL E SUA BIODIVERSIDADE
Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.
4- CONSIDERAR O PATRIMÔNIO CULTURAL E VALORES LOCAIS
O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões/ localidades receptoras e ser planejado, implementando e gerenciando em harmonia com as tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.
5- ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS DESTINOS TURÍSTICOS
O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacitação local de desenvolver empreendimentos turísticos.
6- GARANTIR A QUALIDADE DOS PRODUTOS, PROCESSOS E ATITUDES
O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos.
7- ESTABELELECER O PLANEJAMENTO E A GESTÃO RESPONSÁVEIS
O turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócio, visando a engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas, em assuntos de sustentabilidade desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão de forma documentada.

Fonte: Andrade e colaboradores, 2015.

Andrade e colaboradores (2015), apontam que a busca da sustentabilidade não é privilégio da atividade turística, devido à crise ecológica, o turismo está sendo atrelado a “construções sustentáveis”, “agricultura sustentável”, “cidades sustentáveis” entre outros.

Braga e selva (2016), afirmaram que o turismo sustentável busca por segmentos de turismo que permitam o desenvolvimento mais equilibrado justo e almeja um novo paradigma de consumo e de relação com os ambientes e as pessoas, tendo suas bases no chamado desenvolvimento sustentável a exemplo do segmento ecoturismo praticado em Parques Nacionais com base na Educação Ambiental que será discutido no tópico a seguir.

2.2 Ecoturismo em Parques Nacionais e a difusão da Educação Ambiental

No ecoturismo, a maneira de conciliar as atividades turísticas com o respeito à natureza e à localidade parte do desenvolvimento sustentável, com o princípio de poder contribuir com a conservação de áreas naturais com base na educação ambiental.

O Ministério do Turismo – MTUR, dispõe, em sua página virtual, de uma cartilha com orientações básicas sobre o segmento ecoturismo, atualizada em 2010, baseada na Constituição Federal 1988 no artigo 225 e na garantia do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O documento assegura que a manutenção de espaços territorialmente definidos e protegidos em todas as unidades da federação sejam especialmente protegidos, de acordo com o disposto no inciso III do seu artigo 1º que reserva os direitos ao meio ambiente (BRASIL, 1988).

O ecoturismo foi denominado como um segmento que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação, e busca a formação de uma consciência ambientalista (BRASIL, 2010).

O primeiro Parque Nacional do mundo foi criado em 1872 – o Yellowstone, nos Estados Unidos. No Brasil, a primeira proposta conservacionista ocorreu em 1876, por sugestão do engenheiro e político André Rebouças, sobre a criação de reservas na Ilha do Bananal e no Sítio Salto de Sete Quedas no estado do Acre, contudo, o primeiro Parque Nacional implantado no Brasil foi o de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, em 14 de junho 1937, instituindo-se a primeira Unidade de Conservação federal com o propósito de preservação do patrimônio biótico e geomorfológico (FUNCH, 2007; BAUMGRATZ, 2014).

As Unidades de Conservação possuem diferentes categorias, estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estão divididas em Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; e Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As Unidades de Conservação (UC) Federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O Instituto é uma autarquia em regime especial, criado em agosto de 2007 pela Lei 11.516, que está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Sua função é preservar o patrimônio biológico existente assegurando o uso sustentável e racional pela população e propiciar às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas.

Os Parques Nacionais, que fazem parte dessa categoria, englobam áreas relativamente extensas de terra ou água, contendo formações ou paisagens de significado nacional, espécies de fauna e flora, sítios geomorfológicos e habitats que devem ser de grande interesse científico, educativo e recreativo (HOSAKA, 2010).

As leis constituem o melhor uso da área dos parques nacionais prevendo a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com o objetivo de manter o seu estado natural ou o mais próximo disso inclusive sobre o seu potencial econômico.

Um estudo denominado Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional, realizado pelo Centro para Monitoramento da Conservação Mundial do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-WCMC, sigla em inglês) e pelo MMA, sob coordenação técnica de pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio técnico de GIZ¹ e do IPEA², apresenta os seguintes dados em relação ao Turismo e economia:

A visitação nos 67 Parques Nacionais existentes no Brasil tem potencial para atrair cerca de 13,7 milhões de pessoas por ano, entre brasileiros e estrangeiros, considerando investimentos planejados e o incremento do turismo projetados para o país em 2016. Esse fluxo de visitantes pode gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano para as regiões onde estão localizados os parques nacionais, garantindo recursos para sua manutenção e dinamização da economia local. (MEDEIROS, 2011, p7)

Dados atuais disponíveis no site do Ministério do Turismo informam que o número de turistas nos Parques Nacionais crescerá 11,5% em futuro próximo³, reforçando a importância econômica de se manter o turismo bem planejado e assistido pelos órgãos gestores e fiscalizadores das Unidades de Conservação no país.

¹ GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) é a agência de cooperação da República Federal da Alemanha.

² IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Governo do Brasil.

³EMBRATUR. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Numero_de_turistas_nos_Parques_Nacionais_crescera_115_em_2017.html>. Acessado em 31 de outubro de 2017.

Entretanto, a dinâmica da economia local gerada pelo fluxo de visitação em Parques Nacionais requer prudência, uma vez que há impactos ambientais e culturais causados por essas práticas, sendo preciso refletir sobre alternativas viáveis para um melhor uso desses ambientes.

O controle de visitação faz parte do planejamento dos Parques Nacionais, mas infelizmente no Brasil existem Parques que não conseguiram desenvolver uma boa gestão para a sua devida conservação mesmo assegurado pela Lei. A falta de fiscalização, infraestrutura adequada e de consciência ecológica acarretam sérios problemas no atendimento das demandas, gerando conseqüentemente, a não efetivação do turismo sustentável.

Uma das problemáticas enfrentadas nessas áreas são os conflitos socioeconômicos e socioambientais. Segundo Diegues (2004) isto ocorre devido a implementação de um modelo de Parque Nacional estrangeiro que não se adequa à realidade brasileira. Conti e Antunes (2012) em estudo realizado sobre conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaiuna-RJ constataram que *“ainda é preciso avançar na integração entre sociedade e natureza e na descentralização da gestão dessas áreas”*.

Barbosa e Campos (2017) afirmam que o processo de criação de UC se efetivou de modo impositivo e centralizador, a partir de modelos exógenos, não levando em consideração as especificidades sociais locais com base na pesquisa em UC na Amazônia.

A descentralização das ações governamentais foi prevista desde a Constituição Federal em 1988 e ainda assim a sua aplicabilidade não é totalmente eficaz pelas dificuldades enfrentadas no país. A falta de inclusão das populações residentes no entorno dos Parques pode refletir negativamente na proposta de conservação e não atender aos princípios sustentáveis do turismo.

A legalização dos Parques Nacionais prevê a prática das atividades com base na educação ambiental assegurada pela lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, da política Nacional de Educação Ambiental em seu Art.13º.

Sato (2002) definiu Educação Ambiental (EA) como o ato de educar em relação ao ambiente, a autora explica que esse processo pode ser realizado em qualquer área do conhecimento, não exclusivamente em uma matéria específica. Trata-se de um processo extremamente complexo, uma vez que é comum, ao se falar na EA, limitar-se a questão das modificações ambientais, contudo, também é necessário abordar a necessidade de mudança. Nesse sentido, EA aproxima-se da prática de tomada de decisões que oriente para a melhoria na qualidade de vida.

A institucionalização da EA, no Brasil, ocorre dentro do sistema ambiental e não educacional, essa aproximação com o âmbito educacional só aconteceu as vésperas da

conferência do Rio, no ano de 1992, quando o Ministério da Educação –MEC criou a Coordenação de Educação Ambiental para orientar as propostas nesta área (LAYRARGUES e LIMA, 2014).

A aplicação bem-sucedida da EA em um Parque Nacional brasileiro é apresentada por Faxina (2005) ao destacar a experiência do Parque Nacional do Iguaçu, criado sob decreto Federal nº 1.035 em 10 de janeiro de 1939, localizado no Paraná. A promoção da EA no Parque é realizada através da Escola Parque do entorno para a comunidade do seu entorno, desde o ano 2000. Em 2005 aconteceu a descentralização da Escola para otimização e acesso a participação da comunidade que tem disponível atividades como Mostra anual de EA, Curso e Laboratório de EA para os professores do município e Visita Técnicas, ações que refletem no atendimento dos distintos grupos de visitantes do Parque com acesso a palestras, dinâmicas e atividades lúdicas sobre EA (FAXINA, 2005).

Para que os projetos de EA alcancem resultados eficazes é necessário que haja espaços de diálogo criados entre a população do entorno e o órgão gestor da UC. No Parque Nacional do Itatiaia a criação de Conselhos Consultivos, constituídos de forma legítima com a participação da sociedade na gestão da UC mesmo que de forma indireta (BAUMGRATZ, 2014).

Associado a importância que exerce a EA em Parques Nacionais, também estima-se que esses ambientes ofereçam infraestrutura para a população residente e consecutivamente para os visitantes. Uma das prestações de serviço do Turismo são os meios de hospedagem nesses ambientes que variam desde acampamentos a pousadas e hotéis de luxo em que o comprometimento com a sustentabilidade socioambiental é fator importante na contribuição a conservação dos Parques, questão sobre o qual busca-se aprofundar.

2.3 Meios de Hospedagem e Sustentabilidade Ambiental

As práticas sustentáveis nas empresas de turismo tornaram-se um diferencial competitivo em que as pessoas buscam cada vez mais os serviços prestados por empresas comprometidas com a sustentabilidade ambiental e responsabilidade sociocultural, isto explica, a importância da certificação ambiental para comprovar as práticas e tecnologias sustentáveis desenvolvidas e encontradas nesses estabelecimentos.

De acordo com Amazonas (2014), entre os segmentos do turismo, a área ambiental merece dedicada atenção na busca da qualidade dos serviços ofertados e isso vem se destacando no mercado mundial e destinos turísticos como diferencial competitivo.

A classificação de meios de hospedagem (MH), no Brasil, está instituída na portaria 100/2011 sob responsabilidade do Ministério do Turismo nos usos das atribuições do Art.87 parágrafo único, no qual destaca que o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) é o regulador dos processos para a classificação em parceria com o INMETRO⁴ e SBM⁵. A classificação do símbolo estrela em uma escala de um a cinco associado ao meio de hospedagem é de concessão exclusiva do Ministério do Turismo através do Art. 23 da Lei nº 11.771/2008.

A adesão e adoção da classificação em meios de hospedagem é voluntária, sendo essa uma ferramenta de comunicação entre o setor hoteleiro e os turistas, mas para isso é necessário que o MH esteja com seu cadastro regular no Ministério do Turismo – no sistema CADASTUR⁶. Sobre a definição dos meios de hospedagem no Brasil:

Quadro 2: Os tipos de meios de hospedagem com as respectivas características distintivas

I - HOTEL: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;
II - RESORT: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;
III - HOTEL FAZENDA: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;
IV - CAMA E CAFÉ: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida;
V - HOTEL HISTÓRICO: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;
VI - POUSADA: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs;
VII - FLAT/APART-HOTEL: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

Fonte: Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCLASS), (*online*).

⁴ Instituto Nacional de Metrologia.

⁵ Sociedade Brasileira de Metrologia.

⁶ CADASTUR. Disponível em: < <http://cadastur.turismo.gov.br/cadastur/index.action#>>. Acessado em 14 de outubro de 2017.

As organizações dos setores do turismo estão cada vez mais engajadas em manter uma relação com a sustentabilidade porque as questões ambientais se fazem presente em discussões mundiais que alertam que as práticas econômicas readaptem sua maneira de gerir os empreendimentos para que haja cada vez menos impactos negativos ao meio ambiente.

As disposições das certificações ambientais servem de orientação para a gestão sustentável dos empreendimentos turísticos e incentivos à utilização das práticas e tecnologias sustentáveis. A nova certificação da ABNT mostra como são crescentes as ações brasileiras no setor do turismo, no que concerne a preocupação em manter as práticas sustentáveis das empresas:

A ABNT NBR 16534 foi elaborada no Comitê de Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-054), pela Comissão de Estudo de Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem (CE-054:004.001). O projeto circulou em consulta Nacional conforme Edital n/ 06, de 13.06.2016 a 11.08.2016.

A atual norma ABNT NBR 16534 serviu de base para a formulação das questões sobre a sustentabilidade (ambiental, sociocultural e econômica) que envolve a gestão sustentável dos meios de hospedagem deixando de fora apenas as questões que envolvem os turistas porque não é de interesse nesta pesquisa e será melhor detalhado nos procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo a descrição metodológica da pesquisa, nesse sentido, busca-se apresentar o estudo a partir de duas etapas principais: Em um primeiro momento, caracteriza-se o lócus da pesquisa, situando os dados demográficos e as características regionais que marcam a cultura dos sujeitos a serem investigados; posteriormente a delimitação e caracterização da área de estudo, segue-se para a segunda e última etapa, no qual, reserva-se a descrição das abordagens, métodos e técnicas de análise que foram adotados para o cumprimento dos objetivos pretendidos.

3.1 Delimitação e caracterização da área de estudo

O Vale do Capão, lócus da pesquisa, localiza-se no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD). O distrito do município de Palmeiras-BA possui um número populacional equivalente a 1.951 pessoas (dados demográficos IBGE,2002), situando-se a 500 Km da capital da Bahia- Salvador. O acesso do centro de Palmeiras ao Capão é feito através de 23 quilômetros de estrada de terra (BRITO 2005; NASCIMENTO, 2008).

O PNCD é uma Unidade de Conservação criada em 17 de setembro de 1985, localizada na região central da Bahia (área de 152.000 ha) é cercada pelos municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Ataetê (BRITO, 2005; ICMBio, 2007). A fase de diversificação das atividades de garimpo de diamante e agricultura iniciaram em Mucugê e Andaraí dois anos antes da criação do PNCD. Com a proibição das atividades de garimpo os próprios garimpeiros passam a atuar como guias para os pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados em estudar a Chapada Diamantina. O turismo começa a se despontar em Lençóis, Palmeiras e Igatu, tornando-se referência em turismo ecológico, no Estado (MATTA 2006; PERERIA et al 2017).

Antes da criação do PNCD, as atividades socioeconômicas que sobressaiam na região eram advindas do garimpo, devido as riquezas minerais da região com a presença de diamantes e cristais quartzos, entre outros, fator que contribuiu para a atração de novos moradores. Outro cenário que compõe as atividades socioeconômicas, no Vale do Capão, é a agricultura e a pecuária, tendo em vista que há uma expressiva população rural nesta região, que passou a experimentar as transformações advindas da chegada de pessoas em busca de viver em comunidade, introduzindo assim, o esoterismo e a medicina natural no cotidiano local (BRITO 2005; NASCIMENTO, 2008).

O Turismo chega posteriormente e as atividades socioeconômicas vão se modificando com a chegada dos novos moradores no Vale do Capão. Brito (2005) ao caracterizar o Vale do Capão, destaca-o como “novo rural” por apresentar características do meio urbano, porém, preservando a paisagem rural. A existência dessa nova ruralidade torna-se um estilo de vida e altera a paisagem rural sem a lógica da produção agrícola homogênea, assim caracterizando-se em um espaço com diversidade de produtos, de atores sociais e atividades econômicas e culturais, lazer e moradia (LIMA, 2005). Historicamente a urbanização desses espaços contribuiu para impactos ambientais de acordo com o crescimento dos aglomerados humanos a medida em que o ambiente natural foi recriado (DIAS, 2005).

O Turismo enquanto principal atividade socioeconômica no PNCD é reconhecido pelo Estado há mais de 30 anos. Ainda assim, existem falhas graves na gestão dessa UC de responsabilidade do ICMBIO, dentre as quais, pode-se citar: a falta de controle de visitação, um dos grandes problemas a serem destacados, uma vez que a arrecadação de recursos financeiros é de suma importância para a conservação e preservação do Parque. A (figura 1) mostra os atrativos turísticos dentro e no entorno do PNCD.

As formas de relevo, incluindo as serras, cachoeiras, vales e grutas representam os pontos turísticos que movimentam o turismo regional e atraem um número expressivo e crescente de visitantes, mas não há o controle do quantitativo de visitantes que acessam ao parque, questão que precisa ser problematizada, nos âmbitos federal, estadual e municipal, tendo em vista que, o PNCD é um dos principais meios para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

No que se refere ao Vale do Capão, seu principal atrativo natural é a Cachoeira da Fumaça, com 380 metros de altura. Existem outras cachoeiras que circundam o distrito, como a Cachoeira do Riachinho, Cachoeira da Purificação, Cachoeira das Águas Claras, Rio Preto entre outras, compondo uma riqueza ecológica juntamente com a fauna e a flora. (REGALA, 2014).

Dentre os períodos de maior visitação no Vale do Capão, destacam-se: os meses de janeiro, junho e dezembro e também os feriados prolongados, incluindo os festejos religiosos, como Festa de São Sebastião padroeiro, São João e os festejos juninos, e a Festa de Cosme e Damião. Existem também eventos que ocorrem nos meses de baixa temporada, o Festival de Jazz, Encontro com Blues, Festival de Reggae e espetáculos no Circo Cultural do Vale do Capão que recebem atrações locais, nacionais e internacionais.

É tomando como referência a cultura produzida no Vale do Capão que se busca compreender os conflitos socioambientais presentes nesta região, nesse sentido, busca-se no próximo item, descrever como foi desenvolvida a pesquisa.

3.2 Métodos e Técnicas

A pesquisa foi desenvolvida em Caeté-Açu distrito da cidade de Palmeiras-BA conhecido como Vale do Capão. A pesquisa de campo teve início em junho de 2017 e estendeu-se até agosto⁸ do mesmo ano. Para a execução deste estudo adotaram-se algumas técnicas metodológicas qualitativas e quantitativas descritas por Markoni e Lakatos (2015), sendo estas:

1- Qualitativo-Descritiva: esta técnica foi adotada com a finalidade de verificar as hipóteses construídas na pesquisa, como também, tratar os dados relacionados com os indicadores de sustentabilidade em meios de hospedagem.

2- Investigação Ação Participativa: esta técnica foi adotada considerando o enfoque participativo da pesquisa, uma vez que, a atuação ocorreu de forma direta com a comunidade,

⁸ A permanência e todas as despesas no campo de pesquisa foi custeada com o apoio da Bolsa de Mestrado oferecido pela CAPES.

através da observação, da participação em eventos e reuniões, da realização de curso de capacitação e da vivência com os sujeitos durante toda a pesquisa.

A pesquisa dispõe do parecer aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da UFPB responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas que envolvem seres humanos. Também conta com o documento de autorização de atividades com finalidade científica em Unidades de Conservação Federais admitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO)⁹.

3.2.1 Diagnóstico Turístico

O diagnóstico turístico serve para identificar a realidade do lugar, seus atrativos, serviços oferecidos a população e aos turistas através da coleta de dados. Dias e Silva (2009) explicam que a coleta primária de dados é realizada *in loco* enquanto a coleta secundária consiste em consulta à literatura que para este trabalho foi fundamentada inicialmente em Brito (2005), Nascimento (2008), além de consultas ao CADASTUR (cadastur3.turismo.gov.br) sistema vinculado ao Ministério do Turismo que se responsabiliza pelo cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no turismo.

O setor de tributos da Prefeitura de Palmeiras disponibilizou informações referentes ao funcionamento legal dos meios de hospedagem que foram usadas para apresentar a quantidade de meios de hospedagem que existem no Vale do Capão e possuem alvará de funcionamento. Esses elementos contribuíram para a coleta de informações pertinentes ao estudo, como também para complementar o diagnóstico turístico.

Para realizar a análise da área alterada pela expansão das ocupações humanas, foi necessário obter as informações da dinâmica da paisagem tendo como base duas classes: a área construída e a vegetação. Partindo dessa premissa, foi decidido que o recorte histórico do estudo pretendido consideraria a criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), no ano 2000, e o reflexo na questão socioambiental no PNCD e no Vale do Capão até a situação atual referente à pesquisa, no ano de 2017.

De acordo com os entrevistados o aumento das construções e as problemáticas do crescimento desordenado aconteceram significativamente em um intervalo entre 10-20 anos. O que também determinou a escolha da escala temporal de 2000 a 2017.

⁹ Os documentos encontram-se nos anexos deste trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas técnicas de geoprocessamento e processamento digital das imagens dos sensores orbitais Landsat 7 ETM+, e Landsat 8 OLI - TIRS, para os anos de 2000 e 2017, respectivamente, e calculadas as áreas das duas classes selecionadas.

Utilizou-se duas imagens de satélite adquiridas gratuitamente no site da *United States Geological Survey – USGS* (Pesquisa Geológica dos Estados Unidos), no endereço <<https://earthexplorer.usgs.gov/>>, com pixels de 30x30m, com maior escala temporal disponível. Escolheu-se as imagens: Landsat 7 ETM+ de 23 de setembro de 2000, hora: 23:47; fonte de elevação: GLS2000; formato: geotiff; path: 217; row: 069; hora do centro da cena: 12:39:39.5975989Z; distância do sol: 1.0032580; elevação do sol: 58.34369979; e do Landsat 8 (LC08_L1TP_217069_20170117_20170311_01_T1), datada de 17 de janeiro de 2017; hora: 10:26:45, fonte de elevação: GLS2000; formato: geotiff; path: 217; row: 69; hora do centro da cena: 12:49:21.1570309Z; Distância do Sol: 0.9837961; elevação do sol: 59.13667917.

Na etapa de tratamento, foi realizada a fusão das bandas para composição falsa-cor com pixels de 30x30m, com a banda pancromática - banda 8 (0,52 µm – 0,90 µm para o Landsat 7; e 0,50 µm – 0,68 µm para o Landsat 8) com pixels de 15x15m. Esta etapa teve como objetivo afinar os dados matriciais dos pixels, tornando-os com resolução de 15x15m.

Após isto, a imagem foi recortada baseando-se no vetor de delimitação do Vale do Capão, o qual teve como parâmetros os limites do PNCD a Leste, e a curva de nível mais basal inserida no interior do vale a Oeste, totalizando uma área de 33km².

Na classificação supervisionada utilizaram-se 2.952 pontos de controle para a imagem de 2000 e 3.159 para a de 2017. Após a inserção dos pontos de controle, foi aplicado o método *Maximum Likelihood Classification* com probabilidade de 5%. Após isto, aplicou-se a ferramenta *Sieve* por 4 vizinhos para redução de erros de classificação, e por fim aplicada a ferramenta *Clump* para redução do número de pixels não classificados.

Após a classificação, aplicou-se o índice de Kappa (Cohen, 1960) (Equação 1) através da matriz de confusão para verificação da acurácia da classificação.

Equação 1:

$$K = \frac{n \sum_{i=1}^c x_{ii} - \sum_{i=1}^c x_{i+} x_{+i}}{n^2 - \sum_{i=1}^c x_{i+} x_{+i}}$$

Em que, $\sum_{i=1}^c x_{ii}$ = somatório da diagonal da matriz de confusão; n= número total de amostras coletadas; c = número total de classes; x_{i+} = soma da linha i ; x_{+i} = soma da coluna i da matriz de confusão. Sendo assim, a acurácia para a classificação do ano 2000 foi de 69,74%, e para o ano 2017 foi de 73,31%.

3.2.2 Entrevistas

Como técnica de coleta de dados utilizou-se inicialmente um roteiro de entrevista semiestruturada composta por perguntas principais e que são complementadas de acordo com as circunstâncias no momento da entrevista (MANZINI, 1991).

Os roteiros desenvolvidos foram elaborados a partir de perguntas direcionadas a cada perfil de entrevistado, sendo estes reconhecidos como:

1. Moradores nativos: aqueles naturalizados do local, ou seja, que nasceram no município de Palmeiras-BA ou no distrito Vale do Capão;
2. Novos moradores: aqueles que se instauraram no Vale do Capão, mas são advindos de outras localidades (países, estados ou municípios).
3. Donos de meios de hospedagem: proprietários de estabelecimento comercial voltados para hospedagem, sendo estes, moradores nativos ou novos moradores;
4. Representantes do poder público: Pessoa física que representa a gestão pública.

Buscou-se, a partir das entrevistas realizadas com os diferentes sujeitos, entender a interação entre eles e os reflexos da estrutura organizacional do Vale do Capão, principalmente, referente ao Turismo, economia local e a sustentabilidade Ambiental. No quadro abaixo, apresenta-se o quantitativo de entrevistados por perfil:

Quadro: Quantitativo de entrevistados e relação dos proprietários de meios de hospedagem no Vale do Capão, Chapada Diamantina- BA

ENTREVISTADOS	POSSUEM MEIOS DE HOSPEDAGEM	NÃO POSSUEM MEIOS DE HOSPEDAGEM	TOTAL
MORADOR NATIVO	7	8	15
NOVO MORADOR	7	1	8
PODER PÚBLICO	0	3	3
TOTAL	14	12	26

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Ao todo, foram entrevistados 26 pessoas, sendo estes, distribuídos da seguinte maneira: 15 moradores nativos, sendo 7, donos de meios de hospedagem; 8 novos moradores, sendo 7, donos de meios de hospedagem; E, 3 representantes do poder público, sendo 1 vereador, 1 representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, no qual faz parte o Departamento de Meio Ambiente, Turismo e Agricultura; E por fim, 1 analista ambiental do ICMBio.

Após a primeira entrevista com um morador nativo decidiu-se trabalhar com entrevistas estruturadas. Moreira e Caleffe, (2006), explicam que esse modelo é muito similar ao questionário porque contém perguntas e respostas estruturadas. Tornou-se mais adequado para captar as informações de forma precisa, uma vez que os entrevistados não se sentiam à vontade em serem gravados.

Apesar das entrevistas serem realizadas na forma estrutural, as perguntas foram feitas pela pesquisadora, na forma verbal, de maneira que o entrevistado respondia as questões elaboradas a partir da pergunta que era realizada pela entrevistadora. Para a realização desse procedimento, foram utilizados o roteiro de entrevista impresso, assim como, câmera fotográfica na função vídeo e gravador de voz para captar imagens e áudios no momento das entrevistas.

No roteiro de perguntas feitas aos moradores nativos fez-se um levantamento das variáveis como idade, sexo, renda familiar, profissão e grau de escolaridade com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados. Buscou-se saber a relação dos moradores

nativos com os novos moradores empresários do turismo que se instalaram no Vale do Capão, como lidam e cuidam do meio ambiente e qual a importância do Turismo local referente à sua qualidade de vida.

As perguntas realizadas aos novos moradores donos de meios de hospedagem, no Vale do Capão, tiveram duas etapas: na primeira foram apresentadas questões com as variáveis de idade, local de origem, sexo, grau de escolaridade, tempo de moradia para estabelecer o perfil social dos empreendedores; ainda na primeira etapa, incluíram-se perguntas sobre o turismo local, motivação para empreender no Vale do Capão e a relação dos gestores dos empreendimentos turísticos com a comunidade local.

Na segunda etapa, foram levantadas informações sobre os meios de hospedagem, tais como, tempo de vida do MH, quantidade de funcionários e fornecedores locais, faturamento bruto mensal, aplicação de tecnologia e práticas sustentáveis, contribuição financeira ou ação voluntária para a conservação ambiental no Vale do Capão e/ou no PNCD.

Para este segundo momento da entrevista com os donos de meios de hospedagem ou funcionários responsáveis pelo funcionamento do empreendimento turístico se utilizou os dados levantados para interpretar a sustentabilidade no setor com base no método de Amazona (2014), que faz um diagnóstico para avaliar as práticas sustentáveis na gestão no setor de hospitalidade e a suposta existência de certificação ambiental.

Para complementar o diagnóstico utilizou-se a norma ABNT NBR 16534 (2016) que apresenta os indicadores de sustentabilidade em meios de hospedagem na dimensão ambiental, sociocultural e econômica com dados sobre a comunidade local que prestam serviço ao MH, percentual da receita bruta aplicada em medidas socioambientais e número de ações de conservação de áreas naturais, flora e fauna.

Realizou-se entrevistas com três representantes do setor público escolhidos pela atuação no desenvolvimento da atividade turística da região: o primeiro entrevistado foi o representante da câmara de vereadores de Palmeiras que reside no Vale do Capão; a segunda entrevistada foi a Analista Ambiental e Chefe substituta do ICMBio com sede na cidade de Palmeiras responsável pela gestão do PNCD; e por fim, a Secretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do departamento de meio ambiente, turismo e agricultura, moradora nativa do Vale do Capão.

Dentre os moradores entrevistados (novos e nativos), destaca-se que, a maior parte dos novos moradores são donos de meios de hospedagem, o que leva a supor que grande parte das pessoas de outros países, estados ou municípios, vem para o Vale do Capão com uma perspectiva de empreendedorismo, juntamente com a ideia de fugir das grandes capitais. Dentre

os entrevistados, estão: moradores de outros municípios da Bahia, e de outros estados, como São Paulo e Góias. Há também os estrangeiros que, instalam os meios de hospedagem na localidade, porém, deixam a administração local sob responsabilidade dos novos moradores.

Através das entrevistas, buscou-se saber informações sobre as competências e ações, por parte da gestão pública, assim como, as interações entre o setor público, associações e o empresariado, no que diz respeito a infraestrutura do Vale do Capão, o saneamento básico, a coleta de lixo e a distribuição da água. Especificamente ao ICMBio questões foram levantadas sobre a relação com a Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão e a gestão do PNCD, do Ecoturismo característico da região e sua aplicação.

A forma de contato utilizada para a realização das entrevistas foi através das redes sociais *Instagram* e *Facebook* e pelo aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*, sendo estas ferramentas primordiais para a comunicação porque não há funcionamento de telefonia móvel no Vale do Capão ainda. Além disso, também foram utilizadas as indicações dos próprios entrevistados, que citavam nomes de outras pessoas que poderiam se encaixar no perfil procurado da pesquisa (moradores nativos, novos moradores, donos de meios de hospedagem e representante do poder público)

Para o estudo de conflitos socioambientais a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos e suas interações são reconhecidos na metodologia da ecologia política tratando simultaneamente com as dimensões social e biofísica, portanto socioambiental (LITTLE, 2004). Isso foi realizado através do mapeamento das interações políticas entre os distintos atores sociais e suas respectivas reivindicações. Nesta pesquisa o mapeamento não é feito topograficamente e sim a leitura e interpretação dos dados observados e coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O turismo no Vale do Capão e na Chapada Diamantina foi responsável pela mudança econômica na localidade, de forma que 40% dos moradores nativos entrevistados são donos de meios de hospedagem e tem parentes que trabalham com o turismo.

Contrário ao turismo globalizado, que permeia os aportes capitalistas de acumulação, observou-se no Vale do Capão um local que tem condição de desenvolver o Turismo de Base Comunitária em que o morador nativo participa ativamente da atividade turística não apenas como empregados, mas também como empreendedores do turismo e atores nos processos de planejamento e decisões compartilhadas (BRAGA e SELVA, 2016).

No que diz respeito a atividade de Turismo foram identificadas, no Vale do Capão, a existência de 4 agências de viagens que vendem pacotes com serviço de guia e transporte para toda a Chapada Diamantina, principalmente, para os atrativos do Vale do Capão. Do total de agências identificadas na pesquisa, 2 (duas) são de moradores nativos e 2 (duas) administradas por novos moradores. As agências funcionam nas Pousadas dos mesmos donos e apenas uma agência funciona em um ponto comercial na Vila do Vale do Capão.

O Vale do Capão oferece uma infraestrutura limitada aos moradores, com estradas fragilizadas que não permitem a entrada de veículos de grande porte como ônibus de lotação, os moradores utilizam o serviço de transporte particular como vans e mototáxi para o deslocamento, como por exemplo, busca de atendimento médico fora do Vale do Capão, em que funciona apenas a Unidade de Saúde Familiar, que também atende o turista em situação de urgência/ emergência.

A boa alimentação também é um forte atrativo turístico no Vale do Capão, existe a produção e venda do café artesanal, cerveja artesanal, licores, frutas desidratadas, alimentos orgânicos. Encontra-se também boas opções de pratos e especiarias para os veganos (que não consomem produtos de origem animal) e para os vegetarianos, conforme destaca o morador nativo:

Temos turismo religioso, festa de São Sebastião que dura nove dias. Turismo rural, Turismo Ecológico e Turismo Gastronômico por causa do nosso palmito de jaca e godo de banana, e pessoas que buscam uma alimentação natural. Dia 27 de setembro tem a Festa de Cosme e Damião em que as pessoas abrem as suas casas para oferecer alimentação de forma gratuita e chega a durar 3 dias de festa. (Morador Nativo 14).

O famoso pastel ou coxinha com recheio de **palmito de jaca** é facilmente encontrado em bares, lanchonetes e restaurantes no Vale do Capão. O palmito de jaca é feito de uma parte da jaca verde e pode ser encontrado na feira livre da Vila nas quintas-feiras e, especialmente aos domingos, quando a Vila do Capão ganha o colorido e a diversidade cultural dos nativos, visitantes e novos moradores do Vale. A feira nos dias de domingo torna-se um evento, com apresentações musicais e a presenças de artistas circenses do circo Cultural, compondo esse momento interação social.

O **godo de banana**, também citado pelo Morador Nativo 14, trata-se de uma espécie de purê feito da banana verde que geralmente é servido como acompanhamento no almoço. De acordo com as entrevistas, esses alimentos foram produzidos para compor a alimentação dos moradores nativos por falta de outras opções de comida.

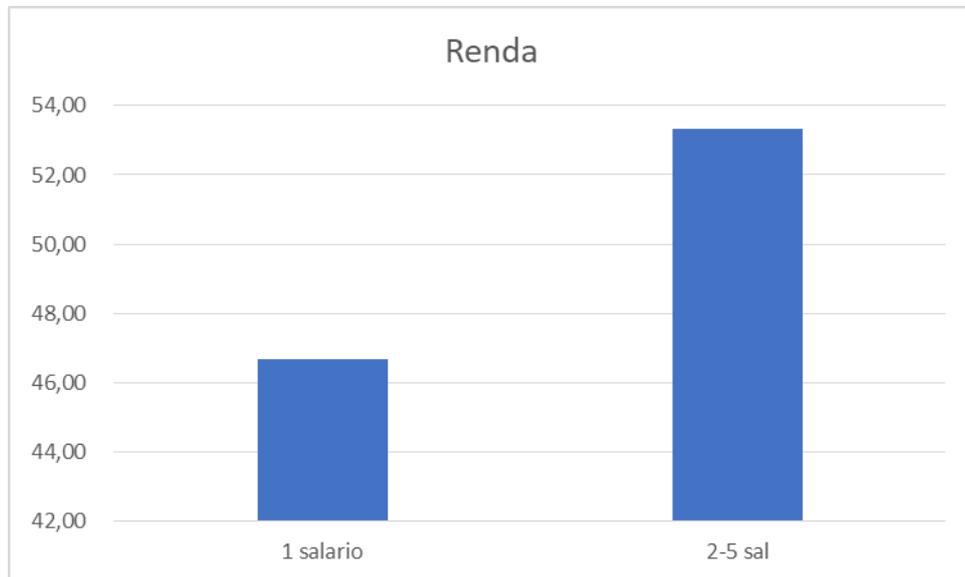
Existem opções de pizzarias no Vale do Capão e a mais famosa vende apenas dois sabores de pizza, sendo uma doce, com recheio de banana e canela, e uma salgada, com queijo, cenoura entre outros ingredientes, uma ótima opção para vegetarianos. A pizza pode ser servida com **mel e pimenta**, produzida pela própria Associação de Apicultores do Vale do Capão.

Lojas de produtos artesanais naturais de uso terapêutico, higiene pessoal, estão ganhando espaço no comércio local. Produtos como sabonete de argila, óleos essenciais, pomadas para massagem, entre outros, estão sendo vendidos inclusive como souvenirs no Vale do Capão.

4.1 Perfil socioeconômico dos atores sociais da pesquisa.

Ao analisar o perfil socioeconômico dos moradores nativos do Vale do Capão percebe-se que não ultrapassa a renda mensal de 5 salários mínimos, ao coletar essas informações com os entrevistados, foi observado que o maior índice de respostas aponta para uma renda mensal de 2 salários mínimos. Os moradores nativos que ultrapassam a renda salarial de 5 salários mínimos são aqueles que possuem meios de hospedagem e outros estabelecimentos comerciais.

Gráfico 1: Percentual da renda dos moradores nativos entrevistados, residentes no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA



Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), a cidade Palmeiras, em que se situa o distrito Vale do Capão, possui uma população de 8.408 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano é o maior entre os municípios vizinhos, cerca de 0,679, se comparado a Lençóis, que é de 0,614; Mucugê 0,621; Andaraí 0,569; municípios com números bem próximos do contingente populacional.

No que diz respeito a escolaridade, identificou-se que, dos 15 moradores nativos entrevistados, 2 possuem nível superior completo, sendo uma gestora pública com formação em pedagogia e especialização em educação, e a outra graduada em administração, atuando profissionalmente em uma pousada no cargo de recepcionista.

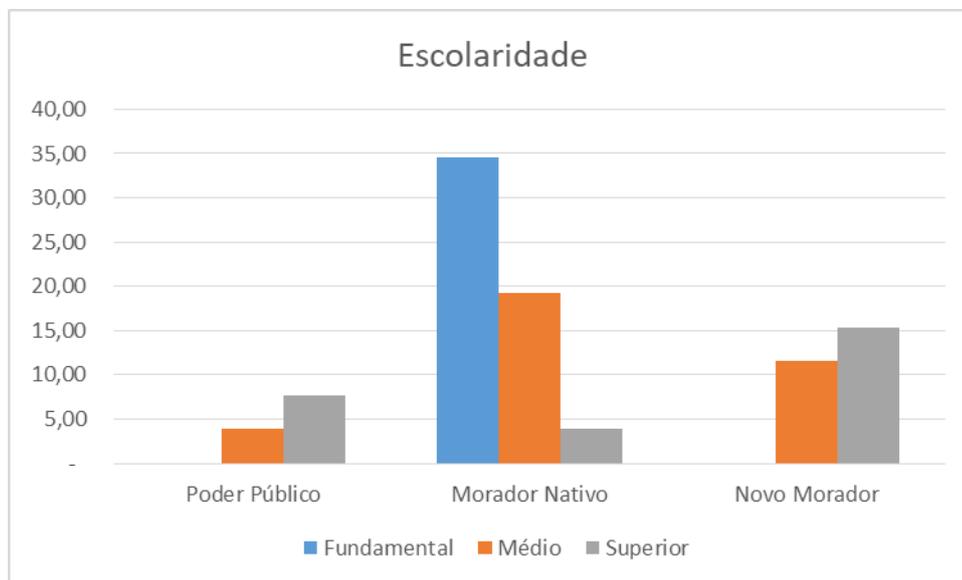
O grau de escolaridade que prevalece entre os moradores nativos é a formação até o ensino fundamental, cerca de 35%. A falta de escolaridade entre os entrevistados denota o estilo de vida adotado pelos moradores nativos que é voltado para o trabalho manual, como também, a falta de acesso à educação.

Na fala do morador 4, pode-se identificar a questão do trabalho manual:

Eu conquistei minhas coisas trabalhando na roça desde criança e passo isso para os meus filhos. Se eles não quiserem estudar eu não me importo quero que eles trabalhem (Morador Nativo 4).

Já no que diz respeito ao acesso à educação, é necessário ressaltar que o Vale do Capão só dispõe de uma escola municipal voltada para o ensino fundamental, que é a Escola Municipal de 1º Grau de Caete-açu¹⁰. Ao adentrar no site do IDEB, não foram localizadas instituições escolares estaduais cadastradas, na zona rural e urbana, do município de Palmeiras, o que leva a supor que os moradores precisam se deslocar para outros municípios para acessar o nível médio ou superior de ensino. Tal dado pode explicar a baixa escolaridade da maioria dos moradores nativos, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Percentual do grau de escolaridade dos atores sociais entrevistados, residentes no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA



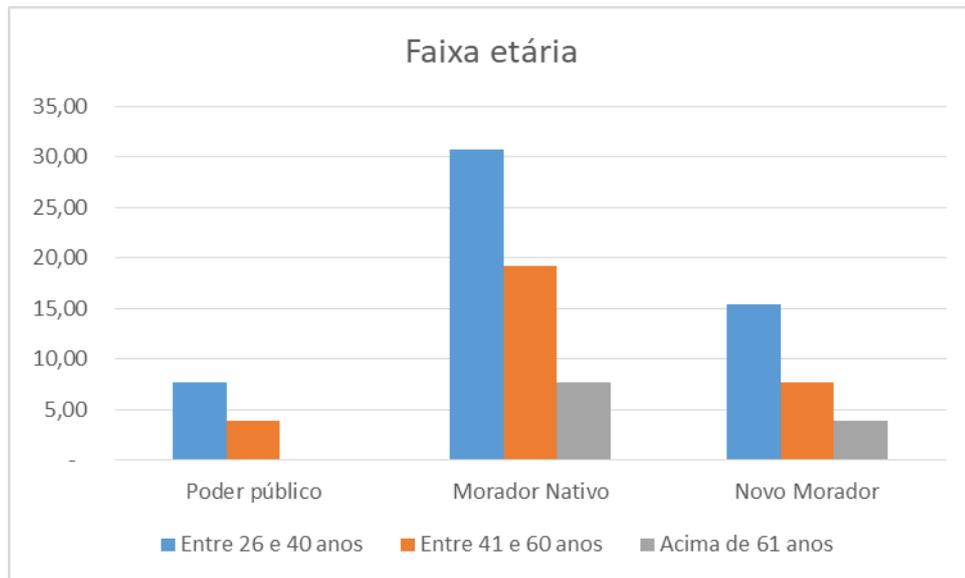
Fonte: Resultados da pesquisa.

Em contrapartida, observa-se que, a escolarização dos novos moradores entrevistados é mais elevada. Não foram identificados novos moradores com a escolaridade abaixo do nível médio. Considerando que os novos moradores entrevistados advêm das áreas urbanas (São Paulo/SP, Salvador/BA, Vitória da Conquista/BA, Paripiranga/BA e Goiás) pode-se afirmar que o aumento da escolaridade tem intrínseca relação com o acesso à educação destes locais.

Nos dados sobre a faixa etária observa-se que a grande maioria dos entrevistados (moradores nativos, novos moradores e poder público) possuem idade de 26 a 40 anos, cerca de 50%, seguido da faixa etária de 41 a 60 anos, que somam cerca de 32%.

¹⁰ Os dados sobre as escolas foram retirados do site do IDEB, que está disponível em: <idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica> Acesso: 27/01/2019.

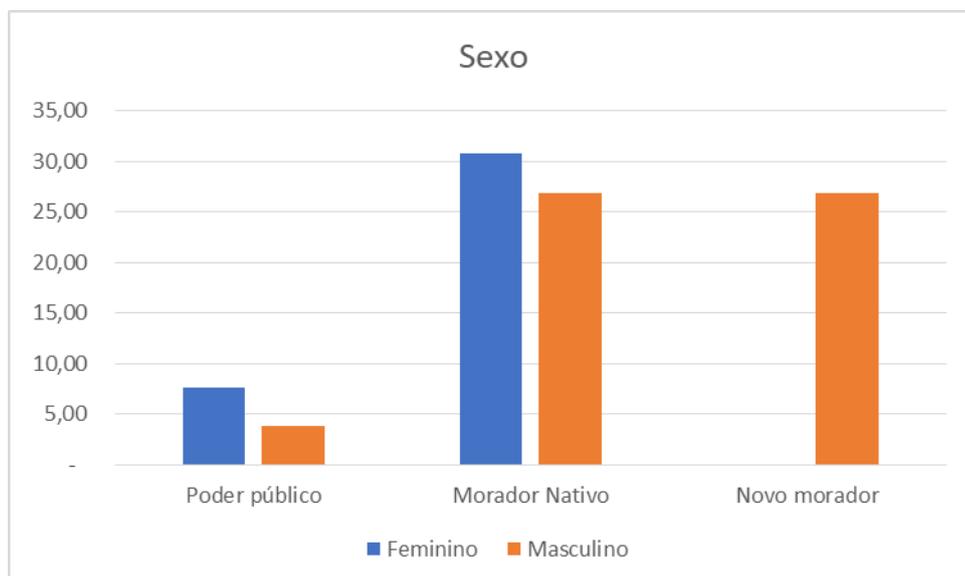
Gráfico 3: Percentual da faixa etária dos atores sociais entrevistados, residentes no Vale do Capão, Chapada Diamantina-BA



Fonte: Resultados da pesquisa.

No que concerne a distribuição por sexo, identifica-se que grande parte dos entrevistados são do sexo masculino, cerca de 56%. Foi interessante observar mulheres assumindo cargos importantes na gestão pública, como é o caso das gestoras públicas, que além de serem mulheres, uma delas era moradora nativa. Enquanto que, entre os novos moradores, 100% dos entrevistados são homens empresários e/ou responsáveis pelos meios de hospedagem.

Gráfico 4: Percentual do sexo dos atores sociais entrevistados, residentes no Vale do Capão, Chapada Diamantina



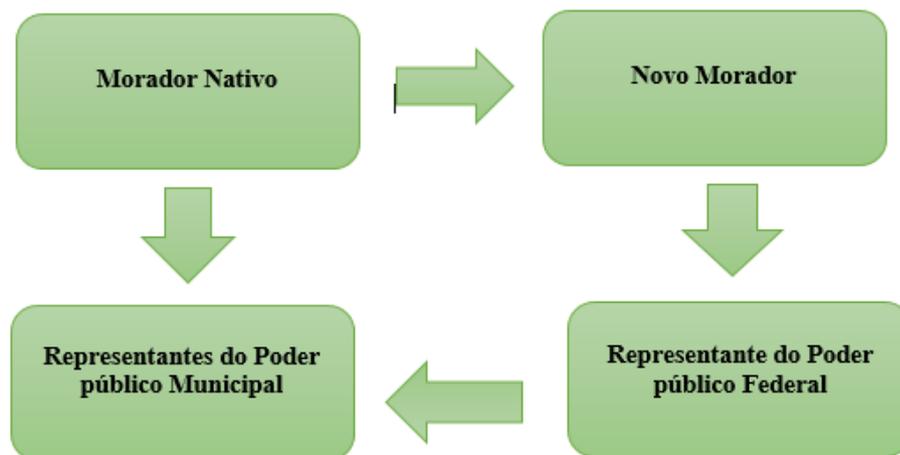
Fonte: Resultados da pesquisa.

4.2 Interação dos atores sociais e suas reivindicações

Identificou-se diferentes atores sociais no Vale do Capão, embora existam interesses pessoais diversos. Esses atores podem iniciar ou melhorar o processo de trabalho e colaboração para que haja o controle e desenvolvimento local, assim como o uso sustentável dos seus atrativos naturais e culturais que ornaram o destino turístico (BURGOS e MERTENS, 2015).

Abaixo, apresenta-se uma figura construída para representar a interação social entre os sujeitos da pesquisa e suas relações:

Figura 2: Interação dos atores sociais do Vale do Capão Chapada Diamantina-BA



Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao analisar o perfil social dos entrevistados não foi identificada uma liderança social representativa para os moradores do Vale do Capão, mas existe a iniciativa de organização através das associações. De acordo com as entrevistas, 67% dos moradores nativos foram membros da associação dos moradores e atualmente estão afastados por motivos diversos, mas reconhecem a importância da organização social para a discussão dos interesses coletivos e busca dos benefícios para os residentes do Vale do Capão. Nas entrevistas foram relatadas duas associações:

A Associação Comercial do Turismo Sustentável do Vale do Capão (ACONTUR) “que reúne empresários do Turismo, alimentação e hospitalidade com o objetivo promover o turismo sustentável do Vale do Capão” (Novo Morador 1),

Além da ACONTUR, foi citada também a Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC), que é a mais atuante segundo os entrevistados. Acredita-se que a intensidade dessa atuação esteja relacionada com os aspectos econômicos, uma vez que a associação está ligada a atuação profissional de guias nas mais variadas trilhas ecológicas existentes no local e o famoso Trekking do Vale do Pati que inicia-se¹¹ no Vale do Capão, gerando assim, um retorno financeiro.

Dentre as reivindicações das associações estão: as reivindicações feitas pelos moradores nativos por infraestrutura, saneamento básico e falta de fiscalização nas novas construções e loteamentos que se expandem no Vale do Capão; e as reivindicações dos gestores públicos municipais pela falta de pagamento de impostos ocasionando falta de retorno para o município e da legalização dos empreendimentos que dificulta a coleta de tributos.

De acordo com o plano de manejo do PNCD (2007) o Vale do Capão é considerado zona de amortecimento por estar em torno da Unidade de Conservação em que as atividades humanas estão sujeitas a regras e restrições harmônicas com a sustentabilidade ambiental e econômica. Contudo, sem um efetivo controle de uso público e fiscalização das áreas de abrangência do PNCD, o ICMBIO ainda enfrenta dificuldade para gerir o Parque, como é observado nos relatos do Gestor Público 2 e do Morador Nativo 3:

O Vale do Capão está com problema de Loteamentos mesmo no limite do Parque, a zona de amortecimento prevista no Plano de Manejo do PNCD, mas não tem peso legal (Gestor público 2).

Invadiram terrenos. Eu inclusive fiz abaixo assinado entreguei para o secretário de meio ambiente, na época fiz a denúncia, mas não resolveu nada. Tem construção na beira de rio, aqui tem lei para alguns e outros não (Morador Nativo, 3).

O Ministério Público Federal do estado da Bahia¹² recomendou ao ICMBIO que delimite a zona de amortecimento do PNCD por meio de inquérito civil público porque várias

¹¹ Caminhar por dias em meio à natureza é um alento para o corpo e a alma. Melhor ainda se o lugar escolhido for o Vale do Pati, cantinho especial da nossa querida Chapada Diamantina. Trocar experiências com os nativos, anfitriões singulares, que da agricultura familiar ao turismo se envolvem de alguma forma com os visitantes, ensinando com base na sabedoria popular. (Verusa Pinho). GUIA CHAPADA DIAMANTINA. Disponível em <http://www.guiachapadadiamantina.com.br/trekking-vale-do-pati/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

¹² MPF/BA determina que ICMBIO delimite Zona de amortecimento do PNCD. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/mpf-ba-recomenda-que-instituto-chico-mendes->

atividades têm sido licenciadas por órgãos sem que haja manifestação do ICMBIO quanto aos riscos, por ainda não ser uma obrigação legal da manifestação da Zona de Amortecimento do PNCD.

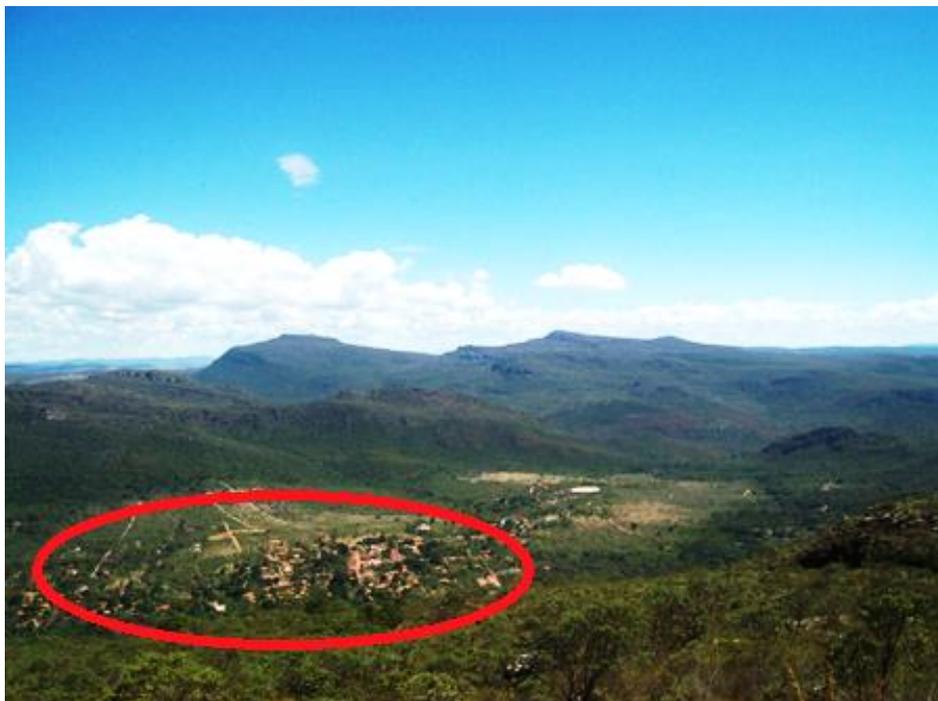
Os procedimentos abrem exceção para os empreendimentos suscetíveis de Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental¹³ em área distante até 3km dos limites do PNCD conforme resolução 428/2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Em entrevista para a pesquisa, o gestor público do ICMBIO revelou dificuldade em gerir o PNCD pela sua extensão, a falta de recursos financeiros e a equipe reduzida.

4.3 Expansão e ocupação humana

Inicialmente pode-se observar a expansão da ocupação humana no Vale do Capão com aumento de construções e diminuição da vegetação através da comparação de material fotográfico entre os anos de 2012 (Figura 3), 2014 (Figura 4), 2017 (Figura 5):

Figura 3: Construções no Vale do Capão vistas de um Mirante na Trilha da Fumaça.



Fonte: Acervo da Autora, 2012.

delimite-201czona-de-amortecimento201d-do-parque-nacional-da-chamada-diamantina>. Acessado em 15 de março de 2018. Publicado em 09 de março de 2016.

¹³ Eia/rima <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>

Figura 4: Construções no Vale do Capão vistas de um Mirante na Trilha da Fumaça



Fonte: Pesquisa, 2014.

Figura 5: Construções no Vale do Capão vistas de um Mirante na Trilha da Fumaça



Fonte: Pesquisa, 2017.

Pode ser comprovado pela análise das fotos de 2012 a 2017 que o aumento de população no local, ou pelo menos de unidades habitacionais (UH) é uma realidade, embora o distrito se caracterize, ainda, pelo baixo índice populacional. Considerando isto, ressalta-se a importância de se apresentarem propostas para um planejamento adequado, seja do turismo, seja de diminuição de impactos e conflitos socioambientais, isto porque, o aumento populacional causa transformações no ambiente, ainda mais, quando o distrito não tem as devidas condições de comportar um crescimento populacional desenfreado, gerando assim, conflitos que afetam a subsistência dos moradores.

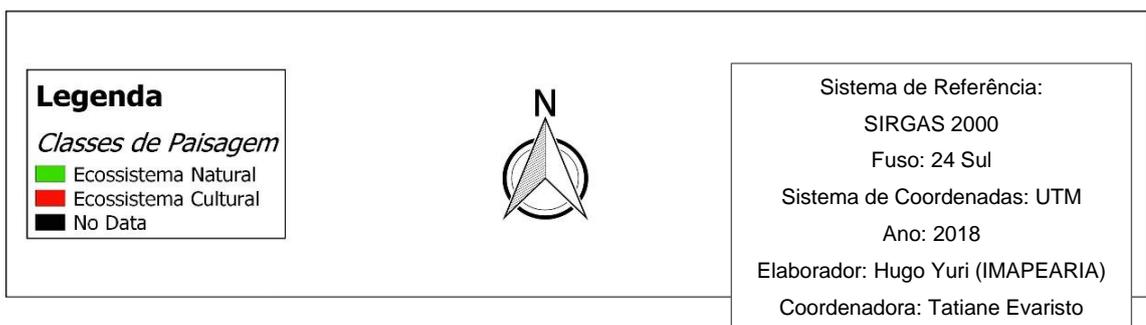
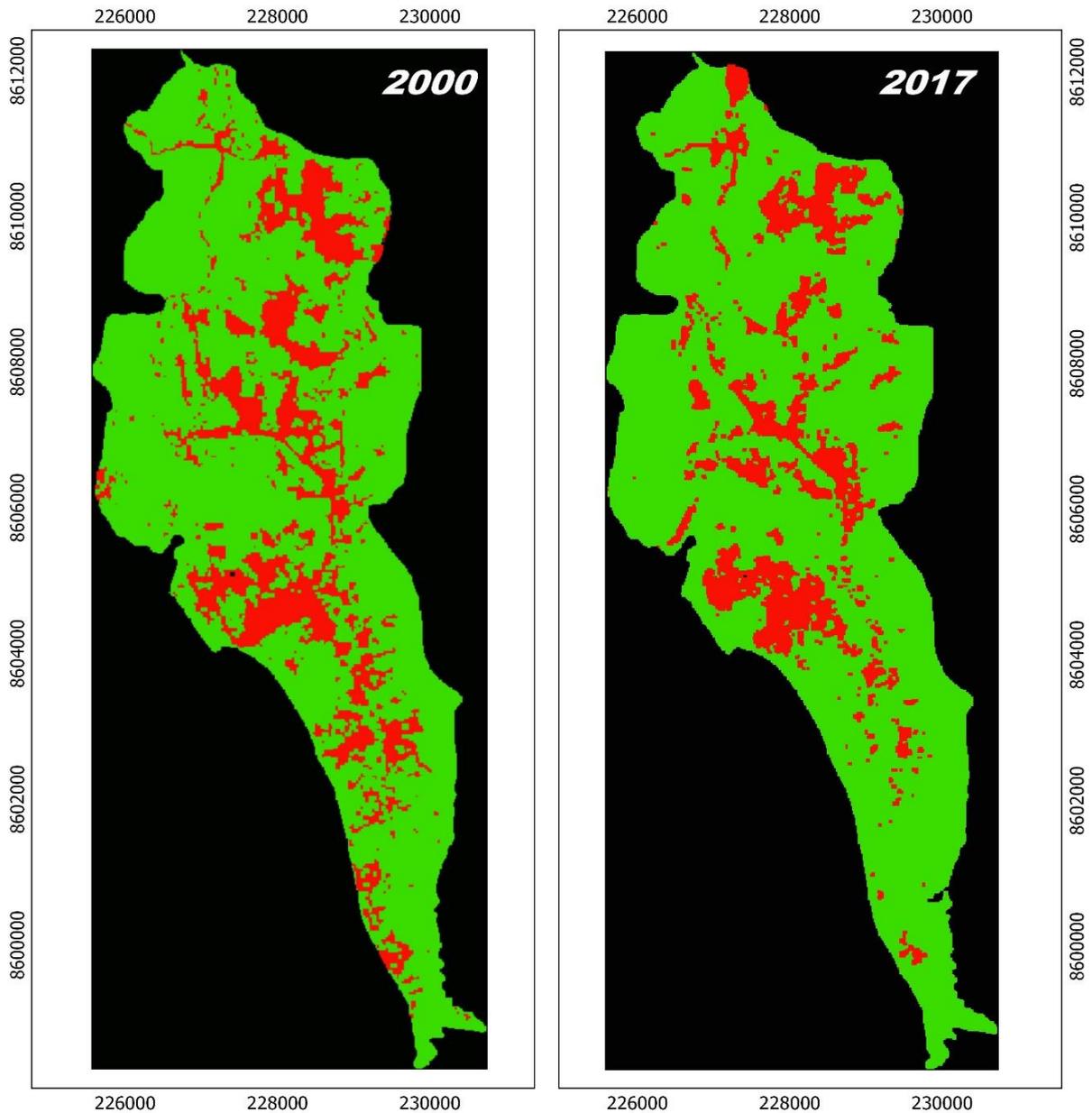
Ao ser questionada se a chegada do turismo no Vale do Capão melhorou ou piorou a qualidade de vida, a moradora nativa 8, responde:

Piorou por causa da falta de água pelo excesso de pessoas, muitas **construções de casas**, por necessidade meu pai vendeu a casa dele pois com a grande quantidade de casas dificulta o aluguel da casa dos nativos (moradora nativa, 8).

Há pouca integração entre os moradores nativos e os novos moradores que vieram pelo empreendedorismo. Dessa forma, os primeiros veem os segundos como os que vem em busca de recursos monetários, mas deixam o ônus para os nativos, como o aumento no valor dos alimentos e dos alugueis de casas, assim como fazem diminuir a água disponível e aumentam a quantidade de resíduos sólidos.

De acordo com os entrevistados o aumento das construções e as problemáticas do crescimento desordenado aconteceram significativamente em um intervalo entre 10-20 anos com a presença de muitas construções que pode ser comprovado na (figura 6)

Figura 6: Classes de paisagens para os anos de 2000 e 2017 no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.



Fonte: Figura elaborada por Hugo Yuri e Tatiane Evaristo, com base na representação geográfica do Vale do Capão.

Nos anos 2000 a 2017 percebe-se o aumento de área considerada ecossistema natural (ODUM, 1983) em que no ano 2000 apresentava 79,5% e no ano 2017 aumentou para 83%. O número de fragmentos de mancha e o aumento e adensamento do ecossistema cultural são representados pelas construções.

O mapa apresenta a diminuição da concentração de construções descrito como ecossistema cultural que nos faz entender um ponto positivo do turismo apresentando um cenário de outra atividade econômica que permitiu o aumento do ecossistema natural equivalente a 3,5% de área alterada mais de 11 mil metros quadrados.

A justificativa para este resultado seria a mudança de atividade econômica, visto que, de acordo com os dados dessa pesquisa, lavrador é a profissão oficial da maioria dos moradores nativos entrevistados, mas atualmente assumem atividades econômicas relacionadas ao turismo e não mais com a agricultura, além dos ciclos de seca que ocorreram no sertão da Bahia que não favoreceram ao cultivo de alimentos para sobrevivência dos nativos (BRITO, 2005).

No quadro 3 os moradores nativos identificaram a importância da chegada do turismo no Vale do Capão e até que pontos estão satisfeitos com as mudanças que a atividade ocasionou para eles.

Quadro 3: Percentual de respostas dos moradores nativos sobre a seguinte questão: O que representou a chegada do Turismo no Vale do Capão para a sua qualidade de vida?

	Melhorou	Piorou	Não teve Influência
Financeiramente	100%	-	-
Saúde	46,7%	20%	33,3 %
Educação	86,7%	13,7%	-
Meio Ambiente	73,3%	23,7%	-
Segurança	42,9%	35,7 %	21,4%
Alimentação	66,7%	20%	13,3%
Bem-estar	66,7%	13,3%	20%
Disponibilidade dos recursos naturais	-	86,7%	13,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Através das respostas pode-se perceber a importância econômica da atividade turística que se destaca no Vale do Capão, visto que a situação financeira melhorou com a chegada do Turismo e que os entrevistados associam o seu bem-estar à possibilidade de trabalhar menos e ganhar mais dinheiro, como atesta uma das moradoras nativas:

“Minha mãe e suas duas irmãs faziam farinha para vender, subiam a serra para catar marcela (flor de cheiro para enchimento de travesseiro) e vender também. O turismo trouxe as pousadas para trabalhar, já trabalhei em 3 pousadas e gostei bastante, também trabalhei em casa de família como empregada doméstica e agora realizo trabalhos por diária e cuido da minha rocinha no quintal junto ao meu sogro”.

Na percepção dos entrevistados (moradores nativos), no quesito disponibilidade de recursos naturais, há uma preocupação sobre a captação e distribuição de água, podendo ser este um problema de gestão pública em que os próprios entrevistados alegam estar cientes da problemática, mas não tem previsão de nenhum planejamento que esteja impedindo ou estabelecendo um controle sobre essa ação.

Dessa forma, caracteriza-se como conflito no Vale do Capão as construções de poços artesianos para captação de água e a disparidade entre os empresários e os nativos pela quantidade de água captada e os períodos em que há falta desse recurso natural havendo a necessidade de racionamento. Identifica-se na fala do entrevistado:

“Infraestrutura não existe! Recebemos um recurso junto ao Estado de 500 mil reais (SERB empresa), sistema simplificando tratamento de esgoto Vila, riacho do Ouro, gorgulho e perto do Circo. Não o Capão todo. Aqui existe um sistema antigo e vem sendo readaptado e não são todos que tem fossa séptica. O número de pessoas multiplicou e o sistema permanece o mesmo e nem todos têm a consciência e isso temos problemas com luz, água, lixo... as pousadas criam seu mundo perfeito e às vezes os visitantes nem sabem desses problemas (Gestor público 1).

Problemas básicos de serviços de saneamento, como a oferta de água e recolha de resíduos sólidos foram apontados como os maiores conflitos com a população local, para além do aumento do custo de aluguel de residências. O oferecimento de serviços básicos como água e recolha de resíduos é função da Prefeitura e algo extremamente necessário para a manutenção do turismo.

Apesar de identificados esses conflitos pode-se encontrar mobilização entre os novos moradores e moradores nativos com o propósito de diminuir tais problemáticas. Detectou-se através da observação participante em reuniões com os moradores do Movimento Capão Limpo

e Recicla Capão e também através dos relatos nas entrevistas as ações de conservação de área natural fauna e flora que ocorrem no Vale do Capão.

4.4 Ações de Conservação de área natural fauna e flora no Vale do Capão

A principal ação de conservação de área natural fauna e flora, de acordo com os entrevistados e da observação durante a pesquisa de campo, é a mobilização em combate ao incêndio que ocorre dentro do PNCD, que além de destruir a fauna e flora põe em risco as cidades em torno do Parque.

A ação ocorre com ajuda voluntária dos moradores que contribuem com mão de obra, ajuda em alimentos ou dinheiro para as despesas e equipamentos da equipe voluntária. Existe também a equipe de brigadistas voluntários contratados pelo o ICMBio, o órgão federal responsável pela fiscalização do PNCD. Segundo o gestor público 2, a mobilização funciona “com equipe pequena atendendo denúncias bem precário. Nossa maior ação é apagando fogo, com a brigada voluntária e contrato temporário (seis meses) através de concurso” (Gestor público 2).

Figura 7: Informativo sobre combate ao incêndio na Vila centro do Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.



Fonte: Pesquisa, 2017.

Outras ações de conservação de área natural fauna e flora identificadas na pesquisa, são:

- Horto da Comunidade que funciona desde 1995 com trabalhos voluntários de moradores nativos, moradores de “fora” e apoio da prefeitura de Palmeiras; (Figuras, 5 e 6).

Figura 8: Minhocário do Horto



Fonte: Pesquisa, 2017.

Figura 9: Cultivo de mudas para manutenção da flora nativa e também disponível para vendas, no Vale do Capão, Chapada Diamantina-BA



. Fonte: Pesquisa, 2017.

O terreno do Horto do Vale do Capão funciona através da iniciativa dos moradores (novos e nativos) com doações, mão de obra e apoio do poder legislativo municipal. Construíram um reservatório de 20 mil litros de água para o Rufino e os Brancos (ruas do Vale do Capão). “Água aqui é um problema, agora está chovendo e tem água, mas ano passado sofremos com a falta, passei três dias sem água” (morador nativo 4). Visão do representante

Não vejo um dono de pousada se sensibilizar para ajudar na coleta do lixo. Alguns fazem captação de água consumindo 50 mil litros de água e uma residência consumindo 2 mil litros. É inadmissível ver uma pessoa passando necessidade de água e uma pousada dessa ter condições de ajudar e não fazer nada. (Gestor público 1)

- Movimento Capão Limpo e Recicla Capão que realiza trabalho voluntário sobre a conscientização e correto descarte do lixo, (figuras 10 e 11) idealizado por novos moradores.

Figura 10: Ação de Conservação Ambiental no Vale do Capão

Capão Limpo, Capão Lindo!

Ei amigo(a), ACORDE! O Vale do Capão passa por um dos momentos mais difíceis da sua história em relação a produção e destino do seu lixo. E a tendência é só piorar se não começarmos. Já uma ação colaborativa com todos moradores e visitantes!

Então junte-se a nós e faça a sua parte: Use sacolas retornáveis para fazer compras, separe o seu lixo corretamente, feche bem os sacos e cuide o seu lixo orgânico.

Se você não sabe como fazer, vamos explicar e você vai entender que seu lixo não precisa, necessariamente, ir para o jirau:



O QUE É LIXO ORGÂNICO? São resíduos produzidos a partir de alimentos de origem vegetal ou animal (carnes, cascas de ovos, arroz e outros). Ao entrarem em decomposição atraem ratos e insetos indesejáveis. Esse você pode enterrar no seu quintal ou usar a técnica de compostagem para fazer adubo natural.





O QUE É LIXO RECICLÁVEL? São materiais que podem ser reciclados como papelão, papel, plástico, lata, vidros. Basta você lavar e secar as embalagens (não precisa separá-las) e entrar em contato com o **RECICLA CAPÃO** que eles buscam o material na sua casa.



O QUE É LIXO COMUM? São resíduos inúteis que não servem para reciclar (papel sujo, fraldas, adesivo, panos, fotografias, esponjas de aço, latas de tinta e combustível, isopor, espuma, lâmpadas, cerâmicas, louças e outros), que devem ser ensacados e bem lacrados antes de colocar no jirau.

PRESTE ATENÇÃO!

- Os dias de coleta do lixo no jirau são: Segunda, Quarta e Sexta-feiras.
- Nunca coloque lixo no jirau depois que o caminhão já passou.
- Nunca coloque lixo na parte de baixo do jirau (evitando que o lixo se espalhe pelas matas e ruas). Se possível adote um jirau e cuide dele!
- Lacre bem o seu lixo e coloque-o cuidadosamente no jirau para que não caia no chão.
- Nunca jogue lixinhos sem sacos nos jiraus, trilhas e ruas. Leve-o para casa.

DECOMPOSIÇÃO

-  Alumínio - 500 anos
-  Papel - 3 meses
-  Plástico - 100 anos
-  Vidro - 4.000 anos

**Entendeu agora como faz?
Então entre em ação, ensine pra quem está chegando e deixe o Capão mais LINDO!**



Uma iniciativa do

Faça parte do nosso grupo
#capãolimpo



em parceria com o

71 99910-5049 / 3344-1157
Recicla Capão

Fonte: Página no Facebook Capão Limpo, 2017.¹⁴

¹⁴ Capão limpo Capão lindo. Disponível em: < <https://www.facebook.com/capaolimp/>>. Acesso em 20 de julho de 2017.

Figura 11: Jirau (ponto de lixo) na Rua dos Brancos-Vale do Capão Chapada Dimantina-BA



Fonte: pesquisa, 2017.

Eu vejo o Turismo como a gente só dá e não recebe. Passa um feriado e eu vejo os tonéis de lixo lotados, não temos um sistema de coleta que funcione e haja caçamba para levar esse lixo. O último dado que recebi foi que o Vale do Capão gera 68% do lixo de toda Palmeiras. O Vale do Capão deveria ser melhor tratado pelo município e deveria dar retorno para a Prefeitura (Gestor público 3).

A iniciativa dos moradores para manter o Vale do Capão longe desses problemas com o lixo descritos na fala do gestor público é louvável e deve ser mantido com o apoio da gestão municipal.

- Horta orgânica de morador nativo, empreendedor do Turismo (pousada e camping) e comerciante local, os negócios são geridos pela família;

Eu sou empreendedor individual tenho Pousada, mas nunca deixei de plantar eu sempre plantei desde meus 8 anos de idade. Eu planto as minhas verduras sem veneno, e sei o que estão vendendo por aí tem muito veneno porque eu já trouxe uma rúcula e comparei com que eu planto, a minha sem veneno

murchou e a do meu amigo que planta com veneno virou uma gosma (Morador nativo 3).

A busca por uma boa alimentação saudável e a prestação de serviço aos moradores e visitantes do Vale do Capão.

4.5 Sustentabilidade Ambiental em Meios de Hospedagem

Dados cedidos pelo setor de tributos da prefeitura de Palmeiras informam que existem 35 meios de hospedagem que possuem alvará de funcionamento atualmente no Vale do Capão, porém, segundo o Órgão, existem mais empreendimentos e que em breve atualizarão os dados após a visita ao distrito.

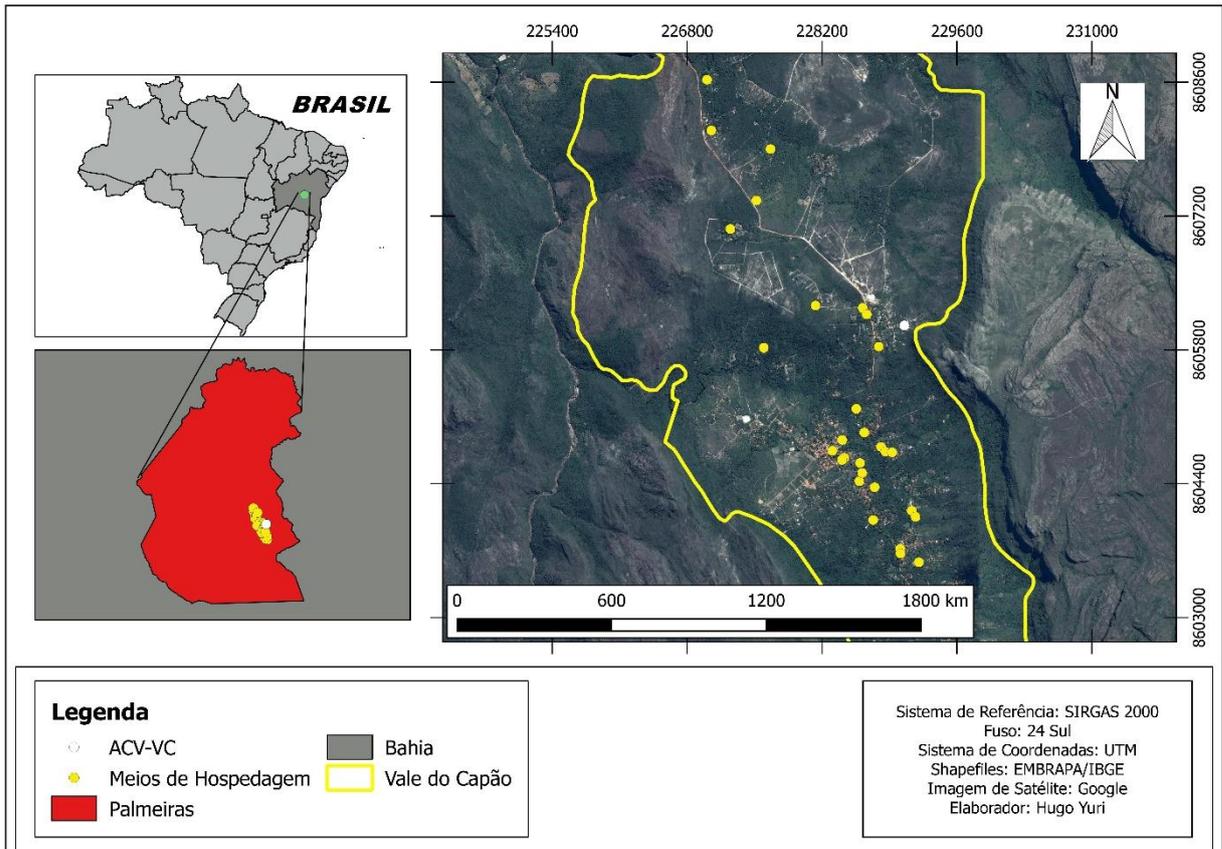
De acordo com a entrevistada representante da Secretaria de Turismo, o Vale do Capão passa por campanha para que os empreendedores legalizem seus estabelecimentos e alega dificuldade por não existir coleta de impostos dos mesmos e que poderiam contribuir minimamente e ajudar na coleta e destinação do lixo que é levado para o centro de Palmeiras. Não são todos os meios de hospedagem que possuem alvará de funcionamento e menos ainda possuem CNPJ, afirma a entrevistada.

Segundo informações passadas pelos três entrevistados representantes do poder público, a cidade de Palmeiras contém apenas três meios de hospedagem cadastrados no Ministério do Turismo (Cadastur). Tal questão, ocasiona no não reconhecimento da cidade de Palmeiras enquanto um polo turístico, o que acarreta, conseqüentemente, em recursos financeiros escassos para o desenvolvimento do turismo no município.

Sobre políticas públicas a Chapada Diamantina recebeu através do PRODETUR estadual e Federal recurso para estrutura, saneamento básico e divulgação. Existiam propostas voltadas para a sustentabilidade que não foram executadas. A secretaria municipal de turismo tem muito a visão de “tem que divulgar”. Ação turística chamar televisão para fazer reportagem. (Gestor público 2)

Em contrapartida ao supracitado, os dados da pesquisa demonstram que o Vale do Capão é um destino turístico com ampla disposição de meios de hospedagem. O mapa de localização (Figura 12), foi desenvolvido para demonstrar os pontos de meios de hospedagem existentes no Vale do Capão, e também o ponto da sede da Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão, ambos envolvidos respectivamente na pesquisa e extensão deste trabalho.

Figura 12: Meios de Hospedagem no Vale do Capão, Chapada Diamantina-BA



Fonte: Figura elaborada por Hugo Yuri e Tatiane Evaristo, com base na representação geográfica do Vale do Capão.

Entre os entrevistados donos de meios de hospedagem, identificou-se um percentual de 50% de moradores nativos e 50% de novos moradores. O dado demonstra certa equidade entre os donos dos estabelecimentos, algo que aparece de forma positiva, uma vez que, por meio de observação, pôde-se verificar que o nativo não tem sido marginalizado no processo de desenvolvimento turístico local.

Não existem grandes redes hoteleiras instaladas no Vale do Capão, mas existem meios de hospedagem que vivem em constante expansão. O que se observou é que parte dos grandes estabelecimentos, no distrito, são de propriedade dos novos moradores, ao analisar as informações relacionadas ao poder aquisitivo, nos questionários aplicados, verificou-se que os novos moradores possuem um faturamento superior aos moradores nativos, fato que pode estar relacionado, a classificação dos meios de hospedagem.

Os tipos de meio de hospedagem atualmente predominante no Vale do Capão são Pousadas e campings. De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCLass) as Pousadas devem apresentar estrutura horizontal, contendo até 30

unidades habitacionais e 90 leitos, podendo ser em prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs.

Figura 13: Pousada e camping no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA



Fonte: Pesquisa, 2017.

Embora o Vale do Capão seja um destino voltado para o ecoturismo e as trilhas, identificou-se na pesquisa ofertas de roteiros de atividades místicas e esotéricas como uma prestação de serviço, representando aproximadamente 29% dos meios de hospedagem pesquisados. São meios de hospedagem que trabalham com as vivências relacionadas com a cura e a espiritualidade e também comunidades que seguem os princípios da permacultura e agroecologia. Os aspectos místicos e naturalistas dão origem ao turismo esotérico que é um forte aliado ao perfil ecoturístico do Vale do Capão e contribui para a conservação ambiental do local, como pode ser observado nas figuras a seguir:

Figura 14: Espaço de vivências e cerimônias em um meio de hospedagem no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA.



Fonte: Pesquisa, 2017.

Figura 15: Área externa de Pousada com figuras místicas em área no Vale do Capão Chapada Diamantina.



Fonte: Pesquisa, 2017.

Outras formas de hospedagem foram identificadas na pesquisa, como é o caso dos alugueis das casas, feito de forma direta com os proprietários ou através do site AIRBNB¹⁵, existe a possibilidade do aluguel da casa completa mobiliada ou aluguel dos quartos. O site Airbnb dispõe de 19 anúncios¹⁶ entre casas completas e quartos para temporada no Vale do Capão. Esse não foi o foco da pesquisa, mas a identificação desses serviços foi mais um elemento para a discussão sobre a relação dos donos de meios de hospedagem e os moradores nativos.

4.5.1- As tecnologias e práticas sustentáveis

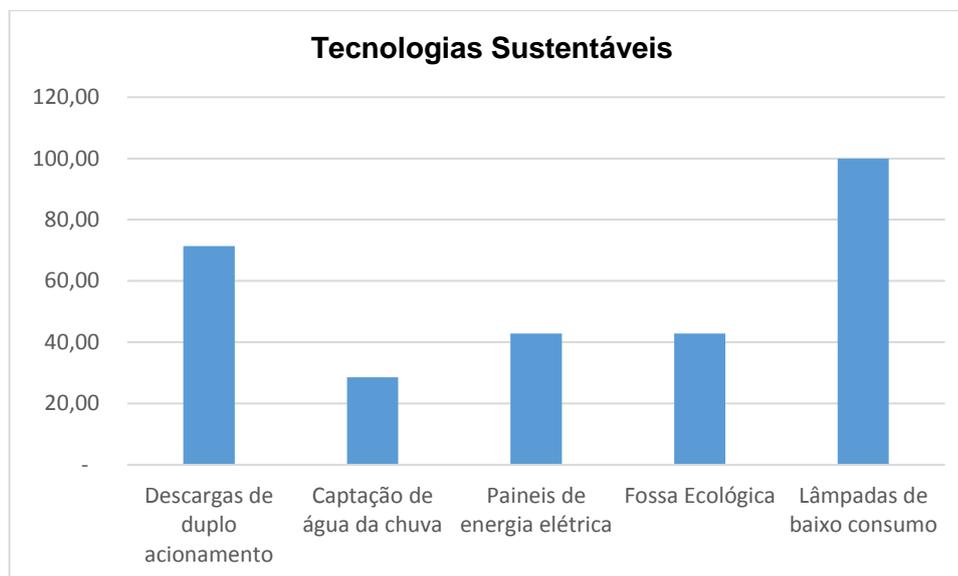
Alguns moradores já construíram fossas ecológicas, como fossas sépticas, círculos de bananeiras e banheiro seco. Isso é muito positivo, porque estas fossas eliminam a contaminação ambiental, ao mesmo tempo em que reusa a água em sistemas de produção de alimentos (PAES, 2014). Essas fossas deveriam ser usadas como modelo, visto que são ambientalmente corretas, diminui a entrada de nutrientes nos rios, e aproveita os nutrientes para a produção de alimentos. A disseminação dessas fossas é importantíssima, para que o Vale do Capão todo tenha esse benefício.

Ao analisar se os donos de meios de hospedagem adotam tecnologias de sustentáveis, obteve-se os seguintes resultados:

15 De acordo com AIRBNB (online), a empresa foi fundada em agosto de 2008 com sede em São Francisco, Califórnia, identificando-se como um mercado comunitário confiável para as pessoas que buscam acomodações (mais de 3 milhões) únicas pelo mundo (191 países).

16 Anúncios de acomodações para hospedagem em Caeté-Açu (Vale do Capão) no site AIRBNB. Disponível em: <https://www.airbnb.com.br/s/Caet%C3%A9-A%C3%A7u--Brasil/homes?guests=1&adults=1&infants=0&children=0&place_id=ChIJt8oDj6wRQgcR2-j11UnQbkg>. Acessado em 20 de outubro de 2017.

Gráfico 5: Percentual de tecnologias Sustentáveis detectadas nas entrevistas aos donos de hospedagem, no Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.



Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

No gráfico acima verifica-se que a maior parte das tecnologias utilizadas pelos donos de meio de hospedagem são as lâmpadas de baixo consumo, em seguida estão as descargas de duplo acionamento, os painéis de energia elétrica, a fossa ecológica e os sistemas de captação de água. Nas figuras abaixo, são apresentadas algumas destas tecnológicas.

Figura 16: Fossa séptica em uma Pousada no Vale do Capão Chapada Diamantina- BA.



Fonte: Pesquisa, 2017.

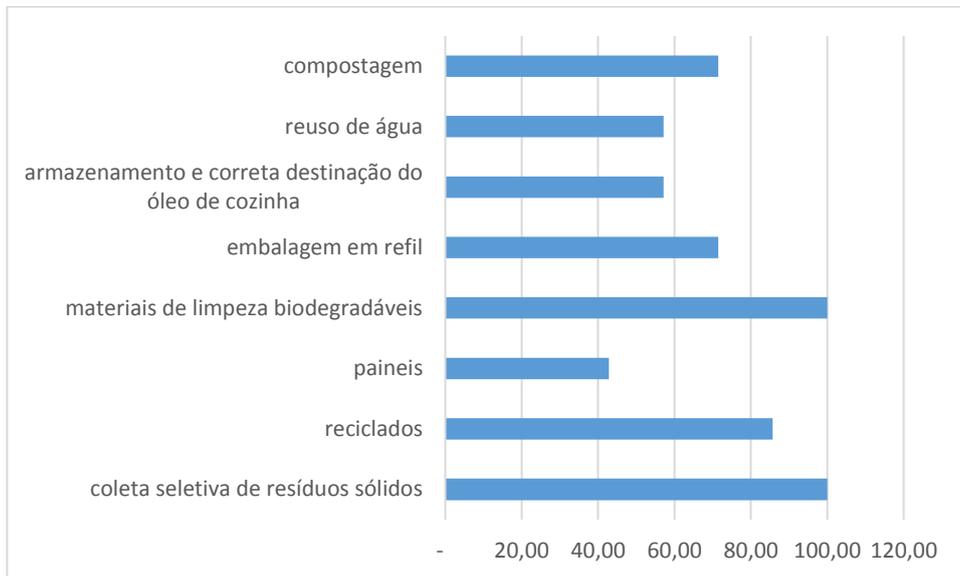
Figura 17: Energia renovável em Pousada no Vale do Capão Chapada Diamantina-BA.



Fonte: Pesquisa, 2017

No que diz respeito as práticas sustentáveis, verifica-se que todos os entrevistados alegam ter alguma iniciativa sustentável, sendo os materiais de limpeza biodegradáveis e a coleta seletiva de resíduos sólidos praticados por 100% dos entrevistados. A compostagem, a reciclagem e a embalagem em refil vem em seguida, uma prática utilizada pela maioria dos entrevistados (pouco mais de 60%), seguido do reuso de água, armazenamento e correta destinação do óleo de cozinha e os painéis de energia solar, os menos utilizados (abaixo dos 60%), conforme gráfico:

Gráfico 6: Percentual de práticas sustentáveis detectadas nas entrevistas aos donos de hospedagem, no Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.

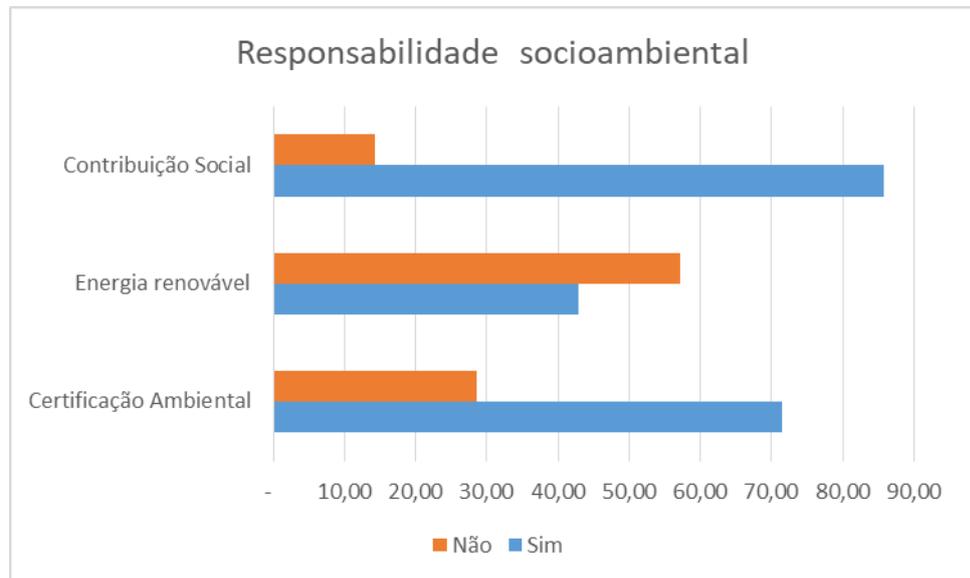


Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

O fato de alguns estabelecimentos de hospedagem já aplicarem algumas tecnologias e práticas sustentáveis, como por exemplo a realização de compostagem, o uso de descargas duplas nos sanitários e a correta separação de óleo de cozinha, é algo muito positivo, que poderia estar sendo repassado para a população do distrito como um todo. Se mais pessoas fizessem compostagem, os resíduos sólidos seriam reduzidos pela metade, visto que cerca de 50% dos resíduos são de materiais orgânicos, que após a compostagem poderiam estar sendo aplicados na agricultura, o que é viável na região, visto que grande parte dos moradores são agricultores.

Com base nos dados obtidos, conforme os questionamentos feitos aos donos de meios de hospedagem, no que se refere a certificação ambiental, utilização de energia renovável e ações de iniciativas socioambientais, construiu-se um gráfico para compreender o nível de responsabilidade socioambiental nos estabelecimentos do Vale do Capão:

Gráfico 8: Percentual das ações e participações dos novos moradores donos de meios de hospedagem, detectadas nas entrevistas, no Vale do Capão Chapada Diamantina.



Fonte: Gráfico construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

De acordo com a pesquisa é notável que os novos moradores estão adotando práticas de responsabilidade socioambiental e que apesar do alto custo para a utilização de energia renovável detectou-se em alguns meios de hospedagem o uso de placas de energia solar como tecnologia sustentável.

Aproximadamente 90% dos entrevistados afirmaram contribuição social em eventos culturais no Vale do Capão em que asseguraram contribuir com dinheiro, alimentação ou diárias nos meios de hospedagem para os nativos. Os eventos culturais elencados foram os festejos religiosos, Festa de São Sebastião, Festa Junina, Festa de São Cosme e Damião, Eventos no Circo Cultural, Festival de Jazz, Festival de Reggae entre outros.

De acordo com as entrevistas, as diárias cobradas nas pousadas variam de R\$70- R\$600 quarto para casal, as épocas de maior faturamento são nos meses de janeiro por causa da Festa do Padroeiro São Sebastião e junho por causa dos festejos juninos. Feriados prolongados também foram citados pelos entrevistados.

A avaliação dos novos moradores sobre o faturamento bruto mensal do meio de hospedagem foi de até 10 salários mínimos conforme 57% das respostas. Ainda de acordo com as entrevistas, aproximadamente 29% dos respondentes garantem faturamento bruto mensal entre 31-51 salários mínimos em que 14% dos entrevistados afirmam receber mais de 100 clientes mensalmente por também oferecer serviço de alimentação (restaurante). Para 85% dos

entrevistados a quantidade de clientes recebidos mensalmente em seus meios de hospedagem varia entre 10-50 hóspedes.

A disparidade dos preços cobrados pelas diárias entre os meios de hospedagem é resultado do tipo de serviço oferecido nos empreendimentos, como a inclusão do café da manhã ou todas as refeições inclusas, um quarto especial em uma casa na árvore, vivências de cura e espiritualidade, opções de sauna e spa, restaurante entre outros.

Nas entrevistas com os novos moradores donos e/ou responsáveis por meios de hospedagem detectou-se um amplo número de funcionários e fornecedores que são nativos residentes do Vale do Capão, identificou-se, também, que parte dos funcionários não nativos são vindos de outras cidades da Bahia e que existem donos de pousadas de outras nacionalidades que contratam pessoas que residem no Vale do Capão para gerenciar os empreendimentos turísticos.

O fornecimento de alimentos, bebidas, produtos de higiene pessoal e limpeza geral são contratados parte no Vale do Capão e no centro de Palmeiras, caracterizando-se como fornecimento local. A outra parte são os fornecedores da cidade de Seabra, na Chapada Diamantina, e Salvador, a capital baiana, que neste contexto são considerados fornecedores externos. Os entrevistados alegam que ainda não há como manter o fornecimento apenas local por causa dos altos preços e também da disponibilidade dos itens elencados anteriormente.

4.6 Pesquisa e Extensão

AS TRILHAS GUIADAS E O ECOTURISMO NO PARQUE NACIONAL CHAPADA DIAMANTINA

Tatiane Evaristo da Silva¹ Maria Cristina Crispim² Paloma de Sousa Regala³ Maristela Oliveira de Andrade⁴

¹ Bacharela em Turismo- CCTA/UFPB; Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA/UFPB. E-mail: tatieevatur@gmail.com

² Doutora em Ecologia e Biossistemática – ULisboa e Pós-Doutorado em Ecologia Aplicada. Professora titular da Universidade Federal da Paraíba E-mail: ccrispim@hotmail.com

³ Bacharela em Turismo- CCTA/UFPB; Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA/UFPB. E-mail: paloma.tur@hotmail.com

⁴ Doutora em estudos latino-americanos/antropossociologia das religiões- IHEL U.Sorbonne Nouvelle- França. Professora titular da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: andrademaristela@hotmail.com

Este artigo segue em construção pelas autoras e será submetido ao periódico da Substitui por Revista Brasileira de Ecoturismo, <
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/index>>

RESUMO

Com o objetivo de contribuir no fomento de uma perspectiva da Educação Ambiental nas trilhas ecológicas, realizamos um curso de capacitação de ecoturismo com os guias da Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão, comunidade que compõe um dos destinos ecoturísticos do Parque Nacional Chapada Diamantina, na Bahia. Este artigo apresenta os resultados de uma formação que contou com a participação de 9 guias turísticos, inscritos através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), em uma ação conjunta que uniu uma pesquisa científica de mestrado e um projeto de extensão. O curso de formação teve como metodologia a apresentação dos conceitos de ecoturismo, bem como sua aplicação a partir de uma perspectiva de EA. A finalidade do curso era motivar os guias a adotarem práticas de maior percepção ambiental, de modo a tornar a trilhas mais atrativas, e ao mesmo tempo possibilitar uma maior sensibilização ambiental por parte dos visitantes.

Palavras-Chave: ecoturismo; educação ambiental; Vale do Capão; Parque Nacional da Chapada Diamantina.

ABSTRACT

In order to contribute to the ecotourism of the Vale do Capão located around the Chapada Diamantina National Park, it was proposed in this article to carry out an ecotourism training course for the guides of the Associação de Condutores do Vale do Capão (ACV-VC) and counted on the participation of 9 enrolled through the Integrated System of Management of Academic Activities (SIGAA), joining scientific research and extension. In the course the ecotourism concept and applications were presented, methodologies were presented to increase the motivation of environmental education, such as promotion of increased environmental perception and environmental interpretation, to be adopted by the guides who took the course.

Keywords: ecotourism; environmental education; Vale do Capão; National Park Chapada Diamantina.

INTRODUÇÃO

A procura por atividades recreativas em ambientes naturais e a estruturação dos Parques Nacionais tendem a trazer benefícios decorrentes do turismo, tanto para a economia local, quanto para suprir as necessidades financeiras da manutenção dessas áreas, assim, oferecendo recursos importantes na preservação do lugar.

Apesar de ser um ponto importante de ecoturismo para o estado da Bahia, o mesmo tem atraído pessoas alternativas externas ao lugar e isso tem trazido alguns conflitos sociais. Além disso, os turistas não recebem, na maior parte das vezes, instruções/conhecimentos sobre o ambiente, que deixa deficitário a questão da Educação Ambiental não formal, intrínseca ao ecoturismo, não permitindo assim que este se caracterize no local, perdendo este grande potencial (REGALA, 2014).

Em virtude de em um trabalho anterior ter sido detectado que os guias de turismo locais, apresentavam aos visitantes muito poucas informações sobre o ambiente visitado, ao longo das trilhas, foi proposto neste projeto realizar um curso de capacitação de ecoturismo para os guias de forma a incentivar a Educação Ambiental, e apresentando estratégias educativas como o aumento da percepção ambiental aos visitantes, explorando os 5 sentidos corporais e o uso de interpretação ambiental, de forma a aumentar a motivação para o aprendizado por parte dos visitantes.

1 ECOTURISMO

O ecoturismo é um segmento que surgiu no Brasil após a década de 1980, quando iniciou-se a preocupação com o desenvolvimento econômico, a degradação do ambiente e a questão social através de debates sobre a necessidade da conservação ambiental, apresentando técnicas ambientais que atingem a atividade turística.

Sobre a definição do ecoturismo no Brasil princípios como conservação do patrimônio ambiental e cultural e educação ambiental como ferramenta para a formação de uma consciência ambientalista, ao contemplar as populações envolvidas, aponta para a necessidade da inserção das comunidades anfitriãs como beneficiárias do desenvolvimento dessa atividade. (FERREIRA E COUTINHO, 2010).

Apesar do Vale do Capão ser aparentemente um local em perfeita harmonia com a prática do ecoturismo pode ser constatado através de Regala (2014), que ainda há necessidade da transmissão de conhecimento sobre o ambiente visitado através das práticas denominadas como Ecoturismo que permitam o aumento da percepção e sensibilização ambiental. Sabendo que esta é uma importante atividade econômica e que se bem planejada pode ser bastante

significativa para a comunidade local e os visitantes, ações que incentivem a caracterização completa do ecoturismo fazem-se necessárias, para que esta atividade no Vale do Capão não seja apenas a realização de trilhas guiadas.

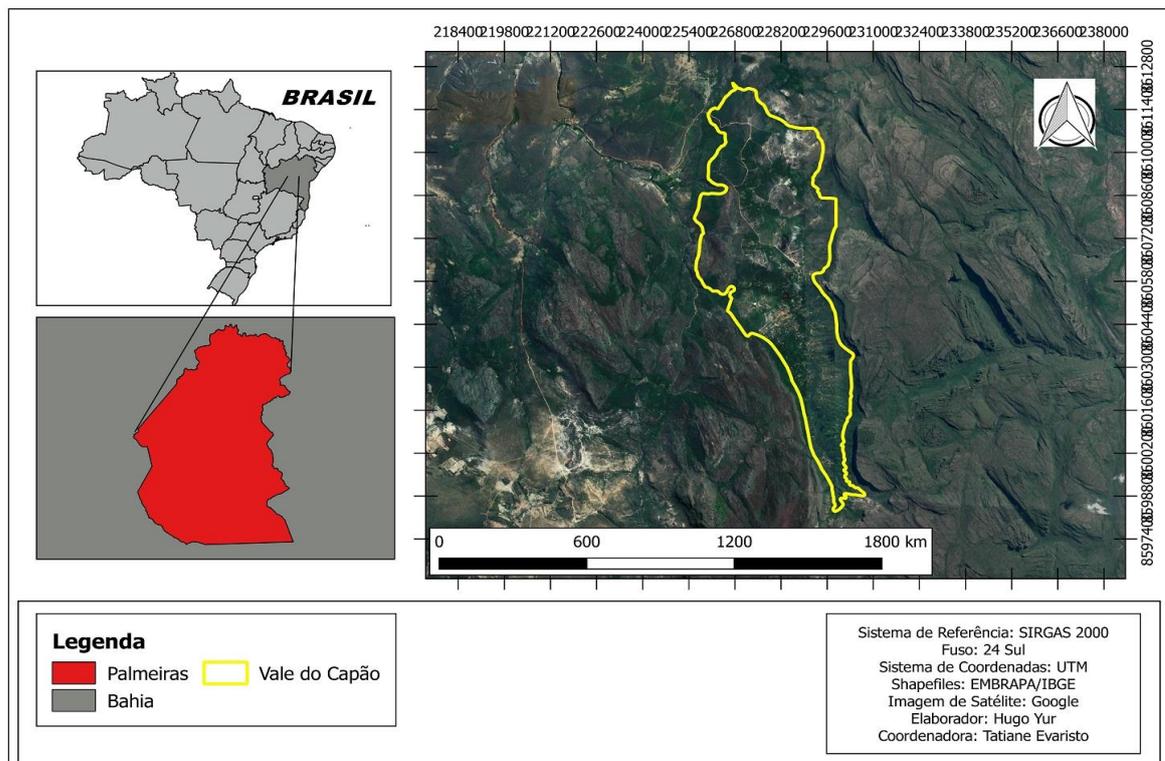
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Local de Estudo

A formação foi realizada no distrito Caeté-Açu, mais conhecido como Vale do Capão, localizado no município de Palmeiras, no Estado da Bahia. O lócus da pesquisa compõe a Unidade de Conservação do PNCD, criada em 1985, uma área de 152.000 ha cercada pelos municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibiçara e Ataetê (BRITO, 2005; ICMBio, 2007).

Com um número populacional equivalente a 1.951 pessoas (dados demográficos IBGE,2002), está situado a 500 Km da capital da Bahia- Salvador. O acesso do centro de Palmeiras ao Capão é feito através de 23 quilômetros de estrada de terra (BRITO 2005; NASCIMENTO, 2008).

Figura 1: Mapa de Localização do Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA



Fonte: Elaborado com base na representação geográfica do Vale do Capão.

2.2 Procedimentos metodológicos

Para a realização do curso com os condutores optamos pela abordagem metodológica denominada por Marconi e Lakatos (2015) como Investigação de Ação Participativa (IAP), adaptada para este estudo, que tem por objetivo investigar e atuar no campo de pesquisa de forma que haja uma contribuição por parte do pesquisador e, neste cenário, decidimos por realizar com os guias de turismo que atuam diretamente na prática do ecoturismo através das trilhas, para que estes sirvam como multiplicadores.

De acordo com as três fases da IAP identificadas pelos mesmos autores, buscamos, em um primeiro momento o contato com a comunidade, o que foi realizado com os guias de turismo associados à Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão- ACV-VC. Em um segundo momento, identificamos por meio da observação da atuação dos guias e as deficiências relativas à falta de informação sobre o ambiente visitado. E, por fim, no terceiro momento trouxemos soluções para as problemáticas encontradas, através da ministração de um curso de capacitação.

Como contribuição ao ecoturismo da região e retorno à comunidade local foi realizado um curso de capacitação para guias de turismo da ACV-VC. As aulas foram presenciais nas datas 13 e 14 de julho ministradas pela professora doutora Cristina Crispim membro desta pesquisa, monitoria da autora deste projeto e a colaboradora local, guia de ecoturismo vinculada à Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC), Paloma Regala.

As inscrições dos condutores foram feitas através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e o curso de capacitação foi promovido pelo Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que disponibilizou meio de transporte da UFPB com motorista para o deslocamento da ministrante até o local do curso incluindo apoio financeiro para o combustível e as diárias do motorista. Também recebeu apoio da ACV-VC com café da manhã e almoço para os guias participantes do curso e membros da equipe desta pesquisa.

O curso foi oferecido gratuitamente aos condutores associados da ACV-VC com carga horária de 16:00hrs distribuídos em aula teórica, aula prática, aplicação de questionário e atividade escrita. O curso apresentou conceitos de turismo e ecoturismo, dentro da visão da sustentabilidade para o setor. Foram discutidas a importância de repassar informações ambientais sobre o ecossistema da Chapada Diamantina para os turistas através da interpretação e percepção ambiental.

A aula teórica aconteceu na sede da ACV-VC que fica na entrada da Trilha da Fumaça no Vale do Capão. O espaço foi oferecido gratuitamente e contou com suporte tecnológico para a parte expositiva do curso com a utilização do *data show* da associação.

No conteúdo teórico foram apresentados aos guias de turismo os conceitos atrelados ao ecoturismo, bem como, informações sobre a própria região do PNCD. Para tanto, organizamos

a ementa a partir dos seguintes conteúdos: a) Conceitos de turismo; b) Desenvolvimento Sustentável; c) Ecoturismo; d) Educação Ambiental; e) Interpretação Ambiental; f) Ecossistemas da Chapada Diamantina.

O conteúdo prático do curso ocorreu na trilha da Cachoeira da Fumaça em que a ministrante mostrou aos guias como poderia ser feito o trabalho de percepção ambiental com os visitantes, assim como a aplicação da interpretação ambiental. Uma das atividades de percepção ambiental consistia no silenciar, fechar os olhos e sentir a natureza.

No início do curso foi aplicado um questionário (Quadro 1) com os guias, para recolher informações sobre o conhecimento deles sobre ecoturismo, educação ambiental e a conduta deles nas trilhas.

Quadro 1: Questionário aplicado antes e depois do curso de ecoturismo para guia.

1- Na sua opinião, que tipo de turismo é realizado na Chapada Diamantina?
2- Você explicaria o ecoturismo como sendo o quê?
3- Você aplica o ecoturismo? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei
4- Quando você guia as pessoas nas trilhas, você repassa informações sobre o ambiente? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
5- Que estratégias você usa para repassar esses conhecimentos?
6- Você considera que realiza Educação Ambiental com os visitantes? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
7- Como você acha que poderia melhorar essa transmissão de conhecimentos?

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao final do curso o mesmo questionário foi aplicado, para fins de comparação, o intuito era analisar as percepções dos condutores antes e após a realização da formação. Verificamos que os mesmos passaram a entender melhor o conceito de ecoturismo e demonstraram interesse em aplicar as metodologias apresentadas no curso, conforme veremos adiante.

3 RELATO DAS ATIVIDADES

Com o apoio da colaboradora local que também é guia associada da ACV-VC foi possível a realização do curso com a participação de 11 condutores, mas apenas 9 concluíram a parte teórica e prática do curso e receberam certificado através do Flux UFPB.

A primeira atividade do curso antes da aula expositiva (Figura-1), foi a aplicação do questionário com 7 perguntas, sendo 3 perguntas objetivas e 4 perguntas abertas buscando identificar o conhecimento dos guias sobre o local de trabalho, ecoturismo, educação ambiental, e sua conduta nas trilhas.

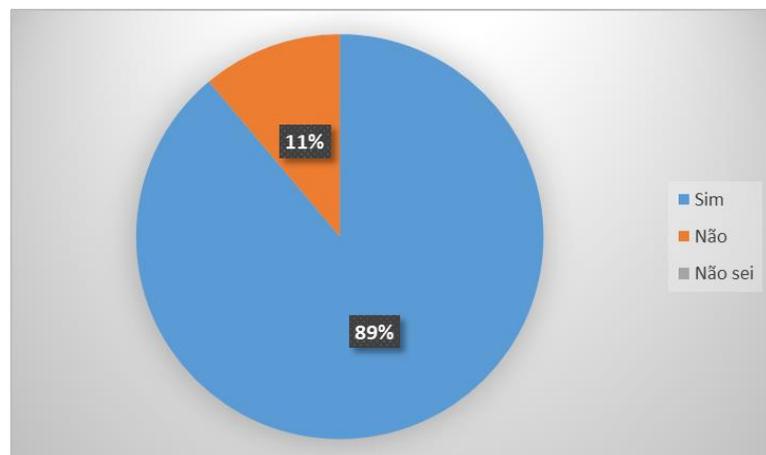
Figura 2: Aula teórica do curso de capacitação ecoturismo para guias na sede da ACV-VC, no Vale do Capão, BA.



Fonte: Pesquisa, 2017.

Apresenta-se no (gráfico 1) a única variação negativa nas respostas das questões objetivas do questionário aplicado ANTES da aula expositiva do curso de ecoturismo para guias de turismo:

Gráfico1: Você aplica ecoturismo?



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Aplicação dos questionários APÓS a aula prática do curso de ecoturismo para guias realizada na Trilha da Fumaça por cima em que as questões atingiram 100% de respostas (Sim). Percebe-se que pouco houve divergências nas respostas comparando o antes e o depois da aplicação dos questionários. No entanto, com a análise das questões discursivas, verificou-se outra realidade, que já tinha sido detectado por Regala (2014).

Na primeira questão discursiva buscou-se saber o tipo de turismo realizado na Chapada Diamantina. Os segmentos apontados pelos guias boa parte citou mais de um tipo de turismo e ainda expressou a sua opinião sobre a atividade: Turismo de aventura (6); Turismo de Natureza (2); Ecoturismo (5); Turismo Cultural (3); Turismo esportivo (1). Na descrição do turismo realizado na Chapada Diamantina os entrevistados responderam:

“Turismo sustentável uma vez que beneficia grande parte do Parque Nacional inclusive o Capão”. Guia 1.

“O turismo aqui é mais exploratório e poucas pessoas fazem ecoturismo” Guia 2.

“Infelizmente ainda sem consciência. Um turismo explorador de recursos naturais, mas tentando transformar em ecoturismo”. Guia 3.

“Pelos condutores um turismo consciente. Pelos visitantes um turismo sem informação”. Guia 4.

“Turismo selvagem! Onde o órgão responsável por gerir o Parque não desempenha com eficácia os seus deveres”. Guia 5.

Buscou-se saber a noção de ecoturismo dos guias e nas respostas no questionário aplicado antes do curso houveram apontamentos que compõem a definição de Turismo Sustentável que seriam os tipos de turismo que se opõem ao Turismo predatório e explorador. Alguns elementos que fazem parte do conceito e prática do ecoturismo foram citados, mas apenas 18% das repostas estavam completas sobre a definição de ecoturismo. As respostas após o curso ficaram mais próximas da definição de ecoturismo totalizando 91%.

O fato dos próprios guias de turismo do Vale do Capão, ainda não terem bem conceituados os conceitos de ecoturismo atrapalhava na hora de agirem, visto que não tinham recebido nenhuma capacitação para a aplicação do ecoturismo baseado no tripé sociedade (esse já presente, porque a maioria é morador local) economia (esse já presente, porque eles obtêm renda da atividade) e ambiental (esse parcialmente executado, visto que a Educação Ambiental e repasse de informações sobre o bioma, para aumentar a sensibilização ambiental eram esparsos).

Na aula prática do curso os guias tiveram a oportunidade de observar a ministrante assumindo o papel de condutora (Figura 2), e mostrando como pode ser trabalhada a interpretação e a percepção ambiental na trilha da Fumaça. Nesse momento também houve espaço para discussões e sugestões dos guias para o melhor desempenho das atividades já realizadas na trilha.

Figura 3: Aula prática do curso de capacitação para guias de turismo na Trilha da Fumaça, Vale do Capão, Chapada Diamantina, BA.



Fonte: pesquisa, 2017.

Sobre a conduta e repasse de informações e conhecimento acerca do ambiente houve a discussão sobre a relação do ICMBio com a ACV-VC e foi relatado que os guias necessitam de capacitação e apoio por parte do órgão federal responsável pela gestão do Parque. Percebeu-se a necessidade dos guias de terem mais informações sobre os Biomas da Chapada Diamantina que acometem principalmente os locais onde eles realizam as trilhas e assim poderem repassar esses conhecimentos para os visitantes.

As respostas antes do curso foram quase unânimes sobre a necessidade de conhecimento através de livros e cursos havendo uma sugestão de que os guias pudessem ter um informativo de bolso sobre o Parque Nacional Chapada Diamantina para ajudar no repasse de informações.

As sugestões pós curso para a melhor transmissão de conhecimento foi o de trabalhar os assuntos nas escolas, na comunidade e com empresários locais, sobre tudo, o que engloba o ecoturismo. A segunda sugestão também defende que o assunto deve começar na escola. Terceira sugestão afirma que a capacitação pode melhorar na transmissão de conhecimento incluindo os moradores antigos que são pessoas conhecedoras da história do lugar (caçadores, garimpeiros). Trabalhar com interpretação e percepção ambiental aguçando o visitante através de perguntas, jogos e sugerindo atenção ao uso dos sentidos, principalmente visão, olfato e audição. Por fim, o melhor conhecimento sobre a história e a flora local.

Ao final das questões pode-se observar mensagens em forma de aceitação do curso por parte dos guias e também em agradecimento. As frases serão identificadas por guia e uma numeração que pode variar de 1 a 9 que foi o total de participantes do curso:

Convite ao retorno

“Sugestão para o curso venha mais vezes que a ACV-VC está de portas abertas para você, linda! Muitíssimo obrigado! ”. Guia 1;

“Apareça de novo aqui na sede mais vezes. Ótimo, bom demais! ” Guia 2

Sugestão para o curso

“Trazer pessoas nativas que fazem parte da história do lugar, como por exemplo, caçadores e garimpeiros antigos”. Guia 3;

“Mais tempo para aprender a quantidade de informações que envolvem a amplitude do assunto” Guia 4.

Agradecimento

“Curso nota 10” Guia 5;

“Curso muito bom. Parabéns pelo seu trabalho”. Guia 6;

“Gostei do seu jeito de ensinar. Parabéns! Vi com outra visão as coisas. Seja bem-vinda! ” Guia 7;

“Adorei” Guia 8.

Com esses apontamentos observa-se a boa avaliação sobre o curso de capacitação para os guias, assim, sugere-se a continuidade do mesmo. Ficou também claro a vontade de aprender e a carência que os guias têm de apoio, principalmente nesta parte de repasse de informações para os visitantes. Isso foi transmitido para os representantes do ICMBio em Palmeiras, que alegaram envidar esforços para a capacitação e cadastramento dos guias.

Programa para desenvolver o cadastro dos guias e criar qualificação constante. Estimativa de mais de 600 guias no Parque e nenhum parque lida com esse número. Não conseguiremos barrar os guias não credenciados, mas vamos divulgar os guias formalizados seguindo o modelo do Parque Itatiaia (Representante do ICMBIO).

Outro fator que deve ser levado em consideração é a baixa participação de guias no curso, número total de 11 guias se inscreveram e 9 conseguiram efetivamente participar de todo o curso.

Conclusão

Os guias que se dispuseram a participar do curso têm boa intenção em transmitir informação ambiental e difundir a educação ambiental como é prevista na lei federal das Unidades de Conservação nesse caso em Parque Nacional, mas já foi comprovado que não são todos os guias que assumem esse compromisso, o que se refletiu na baixa adesão de alunos no curso.

O conhecimento e a transmissão das informações sobre os biomas da Chapada Diamantina poderiam existir com o apoio do ICMBio que tem equipe qualificada como Botânico, Ecólogo entre outros profissionais para ministração de cursos de capacitação para os guias que atuam diretamente no Parque. Outra possibilidade seria a parceria entre as universidades e institutos federais e o ICMBio para trazerem professores dispostos a darem aulas para os guias que atuam no Parque Nacional Chapada Diamantina como ocorreu nesta ação realizada como parte da pesquisa de mestrado. Sugere-se que sejam realizados trabalhos em parceria com o ICMBio que sejam mais educativos e menos repressivos.

Os guias assumem um importante papel na conservação do Parque e podem ser os transmissores sobre a importância do serviço ambiental prestado por uma Unidade de Conservação para a comunidade local e conseqüentemente para os visitantes. Mas para isso é necessário que consigam mais apoio institucional, seja por órgãos governamentais locais, seja pelo ICMBio, seja pelos empresários de meios de hospedagem, porque os turistas estão indo, porque tem os guias que os guiam nas trilhas.

Havendo maior integração entre todos os atores envolvidos no turismo realizado no Vale do Capão, a atividade de ecoturismo poderia ser realmente realizada, garantindo um maior aproveitamento do visitante, com o objetivo de aumento de conscientização ambiental deste e o seu aproveitamento como multiplicador desse conhecimento adquirido, mesmo que só indicando o ecoturismo na região.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio fornecido pelo Departamento de Sistemática e Ecologia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC). Agradecemos ao apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Agradecemos pela bolsa de mestrado fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, L. F. COUTINHO, M, C. B. Ecoturismo: a importância da Capacitação Profissional do Condutor Ambiental Local. In ARLINDO, P.J. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri: Manole, 2010. (Coleção Ambiental, v. 9)

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REGALA, Paloma de Sousa. **Contribuições para o Planejamento Ecoturístico na Trilha da Fumaça por cima, no Vale do Capão – Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA**. Dissertação (mestrado). João Pessoa: UFPB/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2014. Disponível em: < <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4547>>. Acessado em 09 de junho de 2016.

4.7 Relato Etnográfico: vivência no Vale do Capão

No Vale do Capão é possível encontrar espiritualidade para todos os gostos e além das belezas cênicas naturais os moradores também são um aditivo das belezas e peculiaridades do lugar. A existência de diamantes, cristais, quartzos exerceu uma contribuição mística relacionada a crença esotérica sobre o poder energético dos elementos citados. (NASCIMENTO, 2008)

Pode-se afirmar que o Vale do Capão também é forte atrativo para visitantes e moradores em busca de outras alternativas para cura interior que diferentemente dos tratamentos medicinais convencionais.

Segue o relato de duas experiências vividas pela pesquisadora exercendo a observação participante. A primeira experiência é uma sessão de limpeza configurando-se em um tratamento de saúde alternativo, e a segunda experiência trata-se de espiritualidade associado à natureza.

LIMPEZA DE OUVIDO COM FOGO

O morador nativo utiliza um instrumento de plástico semelhante a um canudo e o coloca em um dos seus ouvidos. No topo do canudo existe um papel branco que é o local em que ele utiliza o isqueiro para acender o fogo e dar início a sessão de limpeza do ouvido.

Enquanto a chama permanece acesa o cliente fica deitado de lado com o rosto e os ombros cobertos por uma toalha branca, esse procedimento é realizado nos dois ouvidos com duração de aproximadamente 40 minutos a sessão de limpeza.

O atendimento é realizado na sala da casa do morador nativo que dispõe de uma maca hospitalar e o material produzido por ele mesmo para o procedimento de limpeza de ouvido com fogo.

TEMAZCAL

Durante as entrevistas para a pesquisa estive em uma Pousada no Vale do Capão denominada também como espaço de consciência e cura. A pousada oferece serviço de vivência e espiritualidade, então convidaram-me para participar da cerimônia que acontece em toda lua cheia e recebe o nome de Temazcal.

O Temazcal era realizado pelos índios Norte americanos depois de participarem de combates para liberar a carga pesada e negativa através do suor, assim poder relacionar-se com as pessoas e manifestar suas intenções ao decorrer do mês até a próxima lua cheia.

O início da cerimônia acontece no templo em que as pessoas entram com os pés descalços e depois todos vão para uma sauna em que não pode entrar vestido, a não ser trajes de banho.

A sauna tem formato de caverna e antes de entrar passam uma espécie de incenso pedindo para o Mestre da lua cheia do mês de agosto ajudar a nos guiar. Lá dentro ficam tocando tambor e uma espécie de chocalho, cantando mantras e agradecendo a mãe terra e ao grande espírito (Deus) mas eles usam uma expressão bem diferente referindo-se a Deus.

Figura 18: Sauna Mexicana em uma Pousada no Vale do Capão Chapada Diamantina



Fonte: Pesquisa, 2017.

Antes de entrar na Sauna recebe-se a orientação sobre o cheiro muito forte de eucalipto, assim se algum participante se sentir mal poderia sair e voltar, mas mantendo a porta fechada e

com cuidado para não cair no escuro. Existem lugares que não permitem a saída das pessoas para não atrapalhar a cerimônia.

Na cerimônia invoca-se três animais, a serpente, a puma e o condor detalhes sobre das características desses animais associados à nossa conduta humana. Em outro momento da cerimônia cada um diz a sua intenção e no final diz o nome "sou Tatiane eu falei".

Eu fiquei um pouco desconfiada porque tinham homens e mulheres e algumas delas tiravam a roupa por completo sem se preocupar com a presença masculina no mesmo espaço. A maioria das pessoas do grupo eram estrangeiras.

Após o término do Temazcal pode-se tomar uma ducha de água fria ou quente ao ar livre (opcional), ainda com o corpo quente, visão embaçada e a temperatura do corpo elevada pelo aquecimento da sauna. Tomei banho frio!

A vivência chegou ao fim por volta das 21h e o encerramento é na cozinha com lanche coletivo composto por chá, bolo e frutas e os participantes podem trazer comida para compartilhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, nesta pesquisa, analisar os conflitos socioambientais entre os moradores nativos e os novos moradores donos de meios de hospedagem e a conservação ambiental através do ecoturismo no Vale do Capão. Para tanto, adotou-se os seguintes objetivos específicos: realizar um diagnóstico turístico e um mapeamento dos meios de hospedagem, identificando a sua importância para a economia local; investigar a relação dos moradores nativos e os novos moradores com o meio ambiente e a atividade turística; discutir o ecoturismo e a sua aplicação para o desenvolvimento no Vale do Capão.

Considerando as finalidades da pesquisa, verificou-se que o Vale do Capão vem apresentando um crescimento populacional desordenado, de forma que a infraestrutura do distrito não está conseguindo comportar as transformações e atender a demanda populacional. Essa afirmativa pode ser confirmada a partir dos relatos dos moradores nativos e da gestão pública, em que, relatam alguns problemas advindos da falta de água e do acúmulo de lixo.

A primeira hipótese levantada neste estudo foi a de que os empreendimentos turísticos e a gestão pública são responsáveis por conflitos socioambientais com os moradores do Vale do Capão e isto pode ser confirmado a partir da falta de atuação do poder público municipal, que alega, que o distrito não dispõe de recursos financeiros para sanar as problemáticas advindas da falta de infraestrutura.

No que diz respeito aos empreendimentos turísticos são responsáveis pelos conflitos socioambientais, na medida em que usufruem dos recursos naturais em seus estabelecimentos de forma desmedida e não retribuem na devida proporção à população, tendo em vista o caráter lucrativo destes grandes negócios.

Para dirimir os conflitos detectados para a situação da falta de água, ter-se-ia de ver junto ao órgão responsável pela distribuição de água do município qual seria a melhor opção, se o uso de água do subsolo, ou o aproveitamento de água superficial, e tudo isso associado a campanhas para evitar o desperdício de água.

Ao serem questionados sobre os aspectos estruturais do turismo da localidade os representantes alegaram que apenas três meios de hospedagem estão cadastrados no Ministério do Turismo, através do Cadastur, na cidade de Palmeiras. Porém, o levantamento do alvará de funcionamento feito pelo setor de tributos do Departamento de Arrecadação da Prefeitura de Palmeiras, detectou que há trinta e cinco meios de hospedagem só no Vale do Capão. Além da quantidade supracitada, há também as pousadas que estão inadimplentes, denotando que, o número de meios de hospedagem seja ainda maior do que o registrado.

É necessário pontuar que, a falta de cadastramento dos meios de hospedagem no Cadastur contribui para invisibilizar o turismo em localidades como o Vale do Capão, acarretando, conseqüentemente, na falta de financiamento do governo federal para o aperfeiçoamento do Turismo.

No que diz respeito a adoção de práticas sustentáveis nos meios de hospedagem pesquisados, constatou-se que a maioria adota algum tipo de prática sustentável em seus estabelecimentos, entretanto, as práticas podem ser aprimoradas. Sugere-se que o setor público realize um trabalho de conscientização ambiental com os donos de pousadas para que transmitam aos seus hóspedes que estes ambientes requerem práticas diferenciadas e que, portanto, precisam de atenção e cuidado para manter o destino turístico sustentável.

Além disso, sugere-se também que o poder público disponha de mecanismos para incentivar o uso das práticas sustentáveis, sendo estas: provimento de infraestrutura e de implantação de um gerenciamento dos resíduos sólidos ou apoio a isenção de impostos para as pousadas que comprovem o uso de práticas sustentáveis.

No que diz respeito ao controle e a fiscalização da visitação, identificou-se apenas um meio de controle feito pelos guias da ACV-VC no Parque Nacional Chapada Diamantina na famosa trilha da Fumaça da Chapada Diamantina e até o momento é a única associação a realizar este banco de dados entre as outras associações de condutores existentes no PNCD. Se não houvesse este controle, não haveria nenhum censo sobre o número de visitantes na trilha, o que dificultaria o planejamento turístico. Sugere-se, nesse sentido, que haja um incentivo para a realização de banco de dados de visitação, para que não seja apenas uma prática pontual. O controle da visitação contribui significativamente para a conservação e manutenção do PNCD. Compreende-se que a participação do ICMbio é imprescindível para o suporte desta iniciativa, entre outras.

A partir do que foi apresentado, conclui-se, ao final do estudo, que o ecoturismo, de acordo com o conceito disponibilizado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) sofre descaracterização, uma vez que o incentivo, a conservação e a consciência ambientalista não foi observada na maior parte da experiência de pesquisa. Também não foi observado um caráter interpretativo e de educação ambiental, conforme é atestado, no conceito de ecoturismo de Kinker (2002). Tal fato, confirma a segunda hipótese que foi levantada no estudo de que a realização das atividades rotuladas como ecoturismo são praticadas de forma descaracterizada no Vale do Capão.

Tal descaracterização pode ser compreendida por alguns fatores, sendo estes: A falta de apoio institucional em que o órgão ambiental responsável deveria atuar em parceria com os

atores sociais. Entende-se a complexidade dessa ação, mas a tentativa de organização é válida, visto que, o modelo atual de gestão distancia os moradores na decisão e planejamento do Vale do Capão e do PNCD.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TÉCNICAS. NBR 16534: Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade. Rio de Janeiro, 2016.

AMAZONAS, Iuri Tavares. **Gestão Ambiental na Hotelaria: tecnologias e práticas sustentáveis aplicadas nos hotéis de João Pessoa-PB**. Dissertação (mestrado). João Pessoa: UFPB/ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4561?mode=full>>. Acesso em 10 junho de 2016.

ANDRADE, M.O.; LIMA, G.F.C.; GONÇALVES, A. F. O lugar do debate acerca do desenvolvimento na Rede Prodema pós-inserção nas Ciências Ambientais: desafio atual. In ANDRADE, M.; TREVIZAN, S. (Org.). A rede Prodema (1996-2016) em busca da sustentabilidade socioambiental. João Pessoa: Ideia, 2017. p. 92-134. Disponível em: <<http://www.scientia.ufpb.br/omp/index.php/elivre/catalog/view/121/105/302-1>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

ANDRADE, D.C.; ANDRADE, M.O.; NISHIDA, A.K. **Turismo e Sustentabilidade: Uma proposta de indicadores qualitativos para destinos de pequeno porte**. In: GONÇALVES, A. F.; RODRIGUES, L.C. (Org.). Políticas de Turismo, Ambiente e Desenvolvimento. v.3. João Pessoa: Editora UFPB. 2016. p. 191-224

ARAÚJO, L.C. A Sustentabilidade Trilheira do Vale do Capão/ Palmeiras-BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XIII, v12, n22. Salvador: UNIFACS. 2010. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1214/1211>>. Acessado em: 04 de julho de 2016.

BARBOSA, H. D. A.; CAMPOS, I. R. R. Experiências de turismo em unidades de conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. **Pasos, Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, Universidad de La Laguna, v.15, n. 4 p. 823-839, 2017. Disponível em: <file:///D:/User/Downloads/PS417_05.pdf>. Acesso em 21 de março de 2018.

BAUMGRATZ, Nair Dias Palm. **Educação Ambiental além dos muros da escola: uma experiência no Parque Nacional do Itatiaia**. Dissertação de Mestrado – UNIFOA: Volta Redonda-SP, 2014. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecmsa/arquivos/2014/04.pdf>. Acesso em 21 de março de 2018.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas: Papyrus, 2005.

BENI, M.C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. Aleph: São Paulo. 2006.

BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O Turismo de Base Comunitária Pode Ser um Caminho para Desenvolvimento Local? **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**. Fortaleza, Brasil, v. 10, n. 1, p. 38-53, 2016. Disponível em <<http://www.revistarede.ufc.br/revista/index.php/rede/article/viewArticle/272>>. Acessado em 15 de agosto de 2016.

BRASIL. [Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008]. Dispõe sobre a **Plano Nacional de Turismo** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm>. Acessado em 13 de outubro de 2017.

_____. [Lei nº 11.771 17 de setembro de 2008]. Subseção III dos **Meios de Hospedagem**. Art. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm>. Acessado em 23 de outubro de 2017.

_____. [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001]. Dispõe sobre o **Estatuto das Cidades, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acessado em: 31 de outubro de 2017.

_____. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a **educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acessado em: 22 de julho de 2017.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Título VIII Da Ordem Social, Cap. VI Do Meio Ambiente, Art. 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em: 17 de outubro de 2017.

_____. Decreto nº 4.340 [Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000]. Dispõe sobre a criação do **Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza- SNUC**. 5. ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina** Brasília, 2005. 411 p.: il.; 23 cm. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Bio13_chapada_diamantina.pdf>. Acessado em 31 de maio de 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. – Brasília:, 2010. 90p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acessado em 31 de maio de 2016.

BISSOLI, M.A. A problemática econômica e social do espaço turístico. Revista **COMUNICARTE**, Campinas, n 16-17, 116-149, 1992.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os Ecos Contraditórios do Turismo na Chapada Diamantina**. Salvador, EDUFBA, 2005.

BRITO, D. M.C.; BASTOS, C. M. C.; FARIAS, T. S. R. BRITO, D. C.; DIAS, G. A. C. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades dos cursos de Ciências Sociais da UNIFAP**, n.4, Macapá, p.51-58 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/371/n4Daguinete.pdf>>. Acessado em 12 de janeiro de 2018.

BURGOS, Andrés e MERTENS, Frédéric. A perspectiva Relacional na Gestão do Turismo de Base Comunitária: O caso da Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, V. 15 n.1.p.81-98, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/955/425>>. Acessado em 18 de março de 2018.

COHEN, J. A Coeficient of Agreement for Nominal Scales. *Educational and Measurment*. Vol XX, No 1, p. 37-46, 1960.

CONTI, B. R. e ANTUNES, D. C. Conflitos na Gestão do parque Nacional serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na Vila de Trindade (Paraty, RJ). **INTERAÇÕES**. vol. 13 n.2.Campo Grande, p.213-223.jul/dez 2012. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/317>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

DIAS, Donaldo de Souza e SILVA, Mônica Ferreira. **Como escrever uma Monografia**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2009.

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental - **Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo, 2ª edição: Atlas, 2011.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.a Ed. — São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

EMBRATUR. Número de turistas nos Parques Nacionais crescerá 11,5% em 2017. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Numero_de_turistas_nos_Parques_Nacionais_crescera_115_em_2017.html>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

ESPÍNOLA, R. S.; ANDRADE, M. O. A produção do turismo no capitalismo contemporâneo: o mercado de resorts do município de Conde (PB). **Ideias** v.5, n. 2. Campinas-SP, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649432>>. Acessado 28 de novembro de 2017.

FAXINA, Fabiana. O turismo como dinâmica de educação ambiental para parques nacionais. In **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 05 e 06 de agosto de 2005 Universidade Caxias do Sul. Anais. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt12-o-turismo.pdf>>. Acessado em 21 de março de 2018.

FILHO, R. C. O.; MONTEIRO, M. S. L. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? **Turismo em Análise**, v.20, n2, São Paulo-SP, 2009. Disponível em <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/ecoturismo-no-parque-nacional-serra-da-capivara-trata-se-de-uma-pratica-sustentavel.pdf>>. Acessado em 19 de março de 2018.

FUENTES, N. M. M.; COSTA, R. N.; RUTA, C. Cinema e Educação Ambiental no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: reflexões e práticas interdisciplinares e transversais. **Educação e Sociedade**, v. 37, nº. 136, p.893-911, Campinas, 2016. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n136/1678-4626-es-ES0101-73302016160464.pdf>>. Acessado em 21 de março de 2018.

FUNCH, Roy. **Um Guia para a Chapada Diamantina**. BAHIA. Editora Flora (coleção apoio,15), 4º edição, 204p.il., 2007.

HOSAKA, A. M.S. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e Conceituais. In, ARLINDO P. J. (Org.). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. (Coleção Ambiental, v. 9). Barueri: Manole, 2010.

ICMBIO -Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada_diamantina.pdf>. Acessado em 31 de maio de 2016

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Programa de Turismo em Parques**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal.pdf>>. Acessado em 06 de novembro de 2017.

GOELDNER, C.; RITCHE, J.R.B.; MOINTOSH, R.W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8º ed. Porto Alegre: Book-Man, 2002.

JACOBI, P.R. Meio Ambiente e Sustentabilidade. CEPAM. (Org.). **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/desenvolvimento%20sustentavel.pdf>>. Acessado em 15 de agosto de 2017.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas/São Paulo: Editora Papirus, 2002.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **The Brazilian environmental education macro-political-pedagogical trends**. Ambient. soc., São Paulo , v. 17, n. 1, p. 23-40, mar. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 12 de julho de 2017.

LEMOS, Amália Inês G. de. **Turismo Impactos Socioambientais**. 2edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

LIMA, G.F.C. A Institucionalização das Políticas e da Gestão Ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, Paraná: UFPR: 2011. p. 121-132. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/20948/14461>>. Acessado em 22 de setembro de 2017.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto J. (Org.) **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, , p 41-65, 2005.

LITTLE, E.P. A Etnografia dos Conflitos Sócio-Ambientais: bases metodológicas e empíricas. In. **II Encontro Associação Nacional de Pós Graduação em ambiente e Pesquisa**, 26 a 29 de maio, 2004, São Paulo. Anais. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acessado em 14 de outubro de 2017.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MATTA, P. M. **O garimpo na Chapada Diamantina e seus impactos ambientais: uma visão histórica e suas perspectivas futuras**. 2006. 187 f. Dissertação (Mestrado) - UFBA–Salvador, 2006. Disponível em: < <http://www.ppec.ufba.br/site/publicacoes/o-garimpo-na-chapada-diamantina-e-seus-impactos-ambientais-uma-visao-historica-e-suas-pe>>. Acessado em 23 de abril de 2017.

MEDEIROS, R.; Young; C. E. F.; Pavese H. B. & Araújo, F. F. S. 2011. **Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP- WCMC, 44p.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor pesquisador**. 2 ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOLINA, E., Sergio. **Turismo e Ecologia**. Tradução Josely Wanna Baptista- Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NASCIMENTO, Maria Medrado. **Do Urbano ao Rural: Um estudo sobre a relação entre “nativos”, os “de fora” e o movimento alternativo no Vale do Capão**. Dissertação mestrado, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8308/1/2008_MariaMedradoNascimento_orig.pdf> . Acessado em 01 de junho de 2016

PAES, Wellington Marchi. **Técnicas de Permacultura como tecnologias socioambientais para a melhoria na qualidade da vida em comunidades da Paraíba**. Dissertação (mestrado). João Pessoa: UFPB/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2014. Disponível em: < <file:///D:/User/Downloads/arquivototal.pdf>>. Acessado em 18 de março de 2018.

PALMEIRAS. Decreto 093/2017 [Lei Municipal nº. 553, de 08 de maio de 2013]. **Nomeia membros do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Palmeiras – COMTURMA e dá outras providências**. Disponível em: < <http://palmeiras.ba.gov.br/contasPublicas/download/1079770/577/2017/8/publicacoes/06423958-DFB7-54D4-C39A31353A49538B.pdf>>. Acessado em 17 de outubro de 2017.

PEREIRA, M.L.D. CHIARI, M. ACCIOLY, S. M. L. **As Dimensões da Sustentabilidade e suas Possibilidades de Utilização nas Políticas Públicas**. In. VI Encontro Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa. 18 a 21 de setembro, 2010, Belém. Anais. Disponível

em:<<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-597-570-20100903202725.pdf>>. Acessado em 31 de outubro de 2017.

PERERIA, R. G. F. A.; ROCHA, A. J. D. PEDREIRA, A. J. **Geoparque Serra do Sincorá (BA) proposta**. Ministério de Minas e Energia Secretaria de geologia, mineração e Transformação mineral Serviço geológico do brasil, 2017.

SACHS, Ignacy. **Sociedade, cultura e meio ambiente**. Palestra proferida na aula magna do curso de mestrado em Ciência Ambiental. Agosto de 1995. Disponível em: <[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1(1-2)07-13.pdf)>. Acessado em: 12 outubro 2017.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA, 2012.

UNWTO. **World Tourism Organization**. Disponível em: < <http://media.unwto.org/press-release/2017-06-12/prime-minister-samoa-appointed-special-ambassador-international-year-sustai>>. Acessado em 31 de outubro de 2017

ZAPATA, Tânia (coord.). **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. BNDES - Cooperação Técnica do PNUD. Recife, 2000.

ANEXOS

ANEXO A- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TURISMO ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EMPREENDIMENTOS DE
¿FORA¿ E NATIVOS NO VALE DO CAPÃO- CHAPADA DIAMANTINA/BA

Pesquisador: TATIANE EVARISTO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67185017.8.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.046.459

Apresentação do Projeto:

Dissertação de mestrado da pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente. Orientado pela profa. Mristela Oliveira e Maria Cristina Basillo. Estuda o Turismo Ecológico no Vale do Capão que se encontra entre as montanhas da Chapada Diamantina. Este eco turismo te atralido pessoas alternativa externas, gerando conflitos sociais, pois os turistas não recebem instruções sobre o local e os receptores locais não são incluídos no planejamento. A coleta de dados acontece através de entrevista semi-estruturado, fotos e gravações de áudio, visando obter dados sobre a relação dos moradores com o meio ambiente e a relação dos empreendedores com a comunidade local. Aplicar-se-á o método utilizado por Amazonas (2014) que faz um diagnóstico para avaliar as práticas sustentáveis na gestão no setor de hospitalidade e a suposta existência de certificação ambiental. Será também aplicada a Norma ABNT NBR 16534 (2016) que apresenta os indicadores de sustentabilidade na dimensão ambiental, sociocultural e econômica com questões sobre consumo de água, percentual de satisfação da comunidade, quantidade de fornecedores locais contratados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

Investigar e avaliar os conflitos entre os interesses econômicos dos moradores nativos e dos

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsufpb@hotmail.com

Continuação do Parecer: 2.048.459

empreendedores "de fora" e a conservação ambiental, através do turismo ecológico e como eles se refletem na estrutura social da população local do Vale do Capão

Objetivo específico

Realizar um diagnóstico turístico e socioeconômico identificando sua importância para a economia local;
Interpretar a relação dos moradores nativos e os de fora com o meio ambiente e a atividade turística;
Investigar como é a relação dos gestores dos empreendimentos turísticos com a comunidade local;
Discutir o turismo ecológico e sua aplicação para o desenvolvimento no Vale do Capão; Definir e propor estratégias para solucionar os conflitos eventualmente detectados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Constrangimento e/ou cansaço ao responder o questionário e/ou entrevista; desconforto; estresse; quebra de sigilo e/ou anonimato.

Benefício:

Equidade nas informações prestadas e divulgação dos resultados da pesquisa para a melhoria do turismo e qualidade de vida no Vale do Capão

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa muito bem estruturada e fundamentada, com envio de toda a documentação exigida pela resolução 466/12. A metodologia está muito bem detalhada e com os protocolos anexados, permitindo uma avaliação de todo projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos de acordo com a resolução 466/12

Recomendações:

Recomenda-se enviar ao CEP a data de início da pesquisa e o relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e portanto o projeto está em consonância com a resolução 466/12 e APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: etcacccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.046.499

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_882148.pdf	13/04/2017 12:42:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa.pdf	13/04/2017 12:30:48	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Outros	roteiro_semiestruturado.pdf	13/04/2017 12:21:21	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcie_tatiane.pdf	13/04/2017 12:19:56	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	certidao_institulcao.pdf	13/04/2017 12:17:23	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	13/04/2017 12:16:30	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	apresentacao_pesquisador.pdf	13/04/2017 12:13:15	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_57985.PDF	12/04/2017 16:43:48	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Orçamento	orcamento_tatiane_pesquisa.pdf	12/04/2017 07:22:43	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	12/04/2017 07:21:56	TATIANE EVARISTO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 04 de Maio de 2017

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: etccaccsufpb@hotmail.com

ANEXO B- AUTORIZAÇÃO SISBIO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.

		Ministério do Meio Ambiente - MMA Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO		
Autorização para atividades com finalidade científica				
Número: 67886-1	Data da Emissão: 11/04/2017 09:22	Data para Revalidação*: 11/06/2018		
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.				
Dados do titular				
Nome: TATIANE EVARISTO DA SILVA		CPF: 073.974.344-05		
Título do Projeto: TURISMO ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EMPREENDIMENTOS DE FORA E NATIVOS NO VALE DO CAPIÃO-CHIAPADA DIAMANTINA/BA				
Nome da Instituição: UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CNPJ: 24.098.477/0001-10		
Cronograma de atividades				
#	Descrição de atividade	Início (Mês/ano)	Fim (Mês/ano)	
1	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO	05/2017	05/2018	
2	ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	07/2017	08/2017	
3	OPINIÃO	07/2017	08/2017	
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	07/2017	08/2017	
5	REDAÇÃO DO RELATÓRIO	01/2018	04/2018	
Observações e ressalvas				
1 As atividades de campo deverão ser pautadas por pessoal natural ou jurídico estrangeiro, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passado, obtidos por meio de técnicas e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, sendo sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.				
2 Esta autorização não exclui o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distal ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador da área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.				
3 Este documento somente poderá ser utilizado para as fins previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 02/2016, não que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.				
4 O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.				
5 O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação de legislação vigente, ou quando da inobservância, omissão ou falta de descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos de legislação brasileira em vigor.				
6 Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gp .				
7 Em caso de pesquisa em UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONTRIBUIR AD DATOS das espécies, as condições para realização das coletas e de uso de infra-estrutura de unidade.				
Outras ressalvas				
1 Solicita-se que o pesquisador, de acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional de Chapada Diamantina (PNCD), encaminhe à Sede Administrativa desta Unidade um texto, escrito de forma didática e acessível ao grande público, com informações que considerem mais pertinentes (história, biologia, ecologia, etc.) referentes aos organismos objeto de sua pesquisa, com ilustrações e/ou fotos das mesmas, objetivando a divulgação e sensibilização da sociedade acerca da biodiversidade existente no PNCD. O pesquisador deverá contactar a Sede do PNCD (parquediamantina@yahoo.com.br ; telefone (75) 3332-2210) antes do início das atividades de campo, para informar seu cronograma e itinerário. Finalmente, as publicações geradas deverão ser encaminhadas, preferencialmente por meio eletrônico, ao PNCD.				
Locais onde as atividades de campo serão executadas				
#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	PALMEIRAS	BA	DISTRITO CANTAREIRO VALE DO CAPIÃO	Fora de UC Federal
2		BA	PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	UC Federal
Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Abaixo do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).				
Código de autenticação: 49837219				
		Página 1/3		



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 57885-1	Data da Emissão: 11/04/2017 08:22	Data para Revalidação*: 11/05/2018
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: TATIANE EVARISTO DA SILVA	CPF: 073.974.344-05
Título do Projeto: TURISMO ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EMPREENDIMENTOS DE FORA E NATIVOS NO VALE DO CAPÃO-CHAPADA DIAMANTINABA	
Nome da Instituição: UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CNPJ: 24.088.477/0001-10

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 49837219



Página 3/5

APÊNDICE

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do estudo intitulado **TURISMO ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DOS MORADORES E NATIVOS NO VALE DO CAPÃO- CHAPADA DIAMANTINA/BA**, conduzido por TATIANE EVARISTO DA SILVA pesquisadora responsável, mestranda no Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) na instituição de ensino Universidade Federal da Paraíba UFPB. Este estudo tem por OBJETIVO GERAL investigar e avaliar os conflitos entre os interesses econômicos dos moradores nativos e dos empreendedores e a conservação ambiental através do turismo ecológico e como eles se refletem na estrutura social da população local do Vale do Capão, sob orientação da Professora Dr^a Maristela Oliveira de Andrade e Professora Dr^a Maria Cristina Crispim.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

Sua participação no referido estudo consistirá em responder as questões abordadas pelo pesquisador, assim como relatar assuntos que considere pertinente. A pesquisa deverá preferencialmente ser presencial com duração aproximada de meia hora. Serão adotadas entrevistas informais, com o objetivo de garantir maior liberdade aos entrevistados.

A entrevista seguirá um roteiro de temas que serão abordados durante a conversa e será gravada, podendo o pesquisador fazer anotações. De acordo em participar do presente estudo permitirá que os dados sejam utilizados para os fins da pesquisa e publicação dos resultados com o intuito científico e sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Informo o caráter ético desta pesquisa que assegura o sigilo e anonimato dos dados coletados de acordo com a observância da Resolução nº 466/12 e Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RISCOS

Constrangimento e/ou cansaço ao responder o questionário e/ou entrevista; desconforto; estresse; quebra de sigilo e/ou anonimato.

BENEFÍCIOS

Equidade nas informações prestadas e divulgação dos resultados da pesquisa para a melhoria do turismo e qualidade de vida no Vale do Capão.

METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

Como técnica de coleta de informações com a população local, o setor público e empresarial optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas que possibilitam a interpretação da relação dos moradores com o meio ambiente e serve também como ferramenta de importância investigativa da relação dos gestores dos empreendimentos turísticos com a comunidade local. O equipamento necessário para a realização das entrevistas são câmeras fotográficas e celulares na função de gravar áudio e/ou vídeo de acordo com o consentimento dos entrevistados e também para o registro de imagens.

A realização de oficinas com os guias locais embasada na educação ambiental não-formal assegurada pela lei federal lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, da política Nacional de Educação Ambiental em seu artigo 13º, para que estes possam tornar mais efetiva a sua contribuição com as ações de educação ambiental ao longo das trilhas.

A pesquisa de observação participativa foi escolhida por favorecer as percepções do pesquisador através de relatos de vivência dos entrevistados, pela proposta da observação participante, e assim, ter maior integração com a comunidade.

CONTATO

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Tatiane Evaristo da Silva.
Telefone celular: 83996523342/ 83988340918
Telefone Institucional (UFPB/PRODEMA): 3216 7472
E-mail: tatieevatur@gmail.com
Endereço postal: Rua Machado de Assis nº 416, CEP 58309-230 Imaculada/Bayeux-PB.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFPB- Centro de Ciências Médicas/ 1º

andar/ Campus I/ Cidade Universitária, s/n – CEP 58051-900 - Castelo Branco, João Pessoa - PB, E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br - Telefone: (83) 3216 7791.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
CPF:	
Telefone:	
e-mail:	

João Pessoa, ____ de _____ de ____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

USO DE IMAGEM

Autorizo o uso de minhas respostas e imagens para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a (descrever as formas de utilização da imagem, foto, áudio ou qualquer outro artefato). Permito do uso das imagens dos empreendimentos turísticos e eventuais locais que façam parte da pesquisa.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B: ENTREVISTA ESTRUTURADA AOS MORADORES NATIVOS.

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA UFPB PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA MESTRADO</p> <p>Pesquisa para realização de dissertação de mestrado Pesquisadora: Tatiane Evaristo da Silva Entrevista aos moradores nativos</p> <p>1) Profissão: _____</p> <p>2) Sexo: _____</p> <p>3) Faixa etária?</p> <p><input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos <input type="checkbox"/> Entre 26 e 40 anos <input type="checkbox"/> Entre 41 e 60 <input type="checkbox"/> Mais de 61 anos</p> <p>4) Escolaridade/Formação técnica e/ou acadêmica:</p> <hr/> <p>5) Renda familiar?</p> <p><input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> Entre 2 e 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> Entre 6 e 10 salários mínimos <input type="checkbox"/> Entre 11 e 20 salários mínimos <input type="checkbox"/> Acima de 21 salários mínimos</p> <p>6) Participa de associação de moradores? O que ela tem feito pela comunidade?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <hr/> <p>7) Participa de alguma associação? Qual o seu papel?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
--

8) Quais as reivindicações ao poder público?

9) O que representou a chegada do Turismo no Vale do Capão para a sua qualidade de vida?

- Financeiramente () melhorou; () piorou () não teve influência.
 - Saúde () melhorou; () piorou; () não teve influência.
 - Educação () melhorou; () piorou; () não teve influência.
 - Meio Ambiente () melhorou; () piorou; () não teve influência
 - Segurança () melhorou; () piorou; () não teve influência
 - Alimentação () melhorou; () piorou; () não teve influência
 - Bem estar () melhorou; () piorou; () não teve influência
 - Disponibilidade dos recursos naturais (ex.: água) () melhorou; () piorou; () não teve influência
 - Outras
-

10) Presta algum serviço ao turista? Qual?

- Sim
 - Não
-

11) Algum parente trabalha com Turismo?

- Sim
 - Não
- Função:
-

12) Quais os serviços turísticos utilizados pelos turistas aqui no Vale do Capão?

13) Como descreveria a relação entre empreendedores locais e moradores nativos no Vale do Capão?

14) Existe disputa de território ou de acesso a algum bem do Parque?

- Sim
- Não

Se a resposta for positiva, por favor, justifique:

15) Nesses anos em que acompanha a comunidade Vale do Capão, notou alguma modificação?

Quais?

- Sim
- Não

Justifique:

16) Considera a infraestrutura para os moradores satisfatória?

- Sim
- Não

Justifique:

17) Realiza práticas sustentáveis em sua casa por proteção do ambiente em que vive? Quais?

- Sim
 - Não
-
-

18) No último ano, realizou ou apoiou alguma ação de conservação de área natural, fauna e flora?

- Sim
- Não

Se a resposta for positiva descreva a (s) ação (s).

APÊNDICE C: ENTREVISTA ESTRUTURADA AO EMPRESARIADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE | PRODEMA
MESTRADO

Pesquisa para realização de dissertação de mestrado

Pesquisadora: Tatiane Evaristo da Silva

Entrevista ao Empresariado

1) Nome Fantasia da Empresa: _____

2) Local de origem do proprietário/entrevistado: _____

3) Morador local a quantos anos? _____

4) Sexo: _____

5) Faixa etária?

- Entre 18 e 25 anos
 Entre 26 e 40 anos
 Entre 41 e 60
 Mais de 61 anos

6) Escolaridade/Formação técnica e/ou acadêmica:

7) Como o sr (a) vê/entende a prática do turismo aqui no Vale do Capão?

8) O que motivou a criar o empreendimento turístico no local?

9) Como descreveria a relação entre turistas e moradores no Vale do Capão?

10) Quais os serviços turísticos utilizados pelos turistas?

11) Realiza alguma atividade de cunho social? Qual ou quais?

- Sim
 Não

12) Quantos anos tem o empreendimento turístico? Coloque aqui o ano de criação do estabelecimento_____.

Em seguida marque uma opção:

- Até 6 meses
- Entre 6 meses e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Mais de 31 anos

13) Quantos funcionários? ____ (número total de funcionários).

- Moradores locais ____.
- Nativos ____.
- Familiares ____.

Descreva, _____ por _____ favor, _____ as _____ funções:

14) Nesses anos em que acompanha a comunidade Vale do Capão, notou alguma modificação? Quais?

15) O empreendimento tem algum tipo de certificação ambiental? Qual?

- Sim
 - Não
-

Se a resposta for negativa a administração possui interesse em adquirir alguma certificação?

- Sim
- Não

16) Estão vinculados a alguma associação? Ex.: associação dos empresários de meios de hospedagem.

- Sim
- Não

Se a resposta for positiva descreva qual o papel da associação

17) O seu empreendimento foi modificado (reformas)?

- Sim
- Não

Se sim, quais e o porquê.

18) Quantas Unidades Habitacionais (UH)? Ex.: quartos triplos, duplos, single etc.)

19) Como avaliaria o faturamento bruto mensal da empresa?

- Até 10 salários mínimo
- Entre 11 e 20 salários mínimos
- Entre 21 e 30 salários mínimos
- Entre 31 e 40 salários mínimos
- Entre 41 e 50 salários mínimos
- Acima de 51 salários mínimos

20) Quantidade de clientes atendidos mensalmente?

- Até 10 clientes
- Entre 11 e 50 clientes
- Entre 51 e 80 clientes
- Entre 81 e 100 clientes
- Entre 101 e 150 clientes
- Acima de 150 clientes

21) Qual o valor (R\$) cobrado pela diária/ serviço prestado?

22) Quais as épocas de maior faturamento?

13) Fazem uso de energia renovável? Qual ou quais?

- Sim
 - Não
-

23) Quais tecnologias são adotadas no empreendimento turístico? (Pode assinalar mais de uma opção e incluir tecnologias não citadas).

- Descargas de duplo acionamento
 - Sistema de Captação de Água da Chuva
 - Geração de energia elétrica por painéis solares
 - Materiais de limpeza biodegradáveis
 - Lâmpadas de baixo consumo
 - Outras
-

24) Quais práticas sustentáveis são realizadas no empreendimento turístico?

- Coleta seletiva de resíduos sólidos (lixo)
- Utilização de matérias reciclados
- Geração de energia elétrica por painéis solares
- Materiais de limpeza biodegradáveis
- Embalagens em refil
- Armazenamento e correta destinação do óleo de cozinha
- Reuso de água

Outras

25) No último ano, realizou ou apoiou alguma ação de conservação de área natural, fauna e flora?

Sim

Não

Se a resposta for positiva descreva a (s) ação (s).

26) Quanto aplica anualmente em ações de iniciativas socioambientais? Quais as ações realizadas?

27) Os fornecedores utilizados são: (identificar os fornecedores de alimentos e outros serviços que são locais).

Totalmente locais

Parte locais e parte externo

Totalmente externos

Justifique

a

sua

resposta

APÊNDICE D: ENTREVISTA ESTRUTURADA AO PODER PÚBLICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE | PRODEMA
MESTRADO

Pesquisa para realização de dissertação de mestrado**Pesquisadora: Tatiane Evaristo da Silva****Entrevista ao Poder Público**

1) Representante (cargo):

2) Local de origem do entrevistado:

3) Morador local a quantos anos?

4) Sexo:

5) Faixa etária?

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 40 anos
- Entre 41 e 60
- Mais de 61 anos

6) Escolaridade/Formação técnica e/ou acadêmica:

7) Quais as ações da secretaria ou órgão público em favor do turismo local?

8) Existe política pública municipal ou estadual que dê algum tipo de apoio? Qual?

- Sim
- Não

9) Fazem monitoramento para saber o número de turistas na área ao longo do ano?

- Sim
 Não
-

10) Distribuem algum material publicitário sobre a área?

11) Quais os serviços turísticos utilizados pelos turistas aqui no Vale do Capão?

12) A respeito das condições de infraestrutura para oferta do Turismo como saneamento básico especialmente, qual o tipo oferecido?

13) Como é feito o abastecimento de água no Vale do Capão?

14) Sobre a coleta de lixo e destinação final, há catadores e associações para a retirada de material reciclável?

- Sim
 Não

Disserte, por favor:

15) Há estímulo para uso de energia renovável?

- Sim
 Não

Disserte, por favor:

16) A estrutura relativa as estradas e aeroportos é satisfatória, há quantos voos por semana? E quanto aos transportes terrestres de turismo, qual o número de excursões em média?

17) Qual o tipo de interação entre o órgão público e os empreendedores turísticos e suas associações, já foi produzido algum estudo local sobre o turismo?

18) Como descreveria a relação entre empreendedores turísticos locais e moradores nativos no Vale do Capão?

19) Existe disputa de território ou de acesso a algum bem do Parque?

- Sim
 Não

Se a resposta for positiva, por favor, justifique:

20) Como descreveria/entende a prática do turismo no Vale do Capão?

21) Nesses anos em que acompanha a comunidade do Vale do Capão notou alguma modificação? Quais?

22) No último ano, realizou ou apoiou alguma ação de conservação de área natural, fauna e flora?

- Sim
 Não

Se a resposta for positiva descreva a (s) ação (s).

APÊNDICE E: QUESTIONÁRIO PARA OS GUIAS DE TURISMO APLICADOS ANTES E DEPOIS DO CURSO DE ECOTURISMO PARA GUIAS.

QUESTIONÁRIO PARA OS GUIAS DE TURISMO

- 1- Na sua opinião, que tipo de turismo é realizado na Chapada Diamantina?
- 2- Você explicaria o ecoturismo como sendo o quê?
- 3- Você aplica o ecoturismo? sim não não sei
- 4- Quando você guia as pessoas nas trilhas, você repassa informações sobre o ambiente?
 sim não
- 5- Que estratégias você usa para repassar esses conhecimentos?
- 6- Você considera que realiza Educação Ambiental com os visitantes?
Sim Não
- 7- Como você acha que poderia melhorar essa transmissão de conhecimentos?